

O mercado de trabalho do Norte (2011-2024)

Uma análise comparativa com as NUTS II nacionais

Índice

Sumário temático	3
Introdução	4
1. Emprego	5
1.1. A evolução da população empregada – total.....	5
1.2. A evolução da população empregada por género.....	8
1.3. A evolução da população empregada por grupos etários.....	9
1.4. A evolução da população empregada por nível de escolaridade.....	11
1.5. A evolução dos trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho.....	13
1.6. A evolução da população empregada por setor de atividade.....	15
2. Atividade e inatividade	17
2.1. A evolução da população ativa - total.....	17
2.2. A evolução da população ativa, por género.....	19
2.3. A evolução da população ativa, por grupo etário.....	19
3. Desemprego	21
3.1. O desemprego total.....	21
3.2. O desemprego por género.....	22
3.3. O desemprego por grupo etário.....	22
3.4. O desemprego por nível de escolaridade.....	23
4. Remunerações	24
4.1. As remunerações totais.....	24
4.2. As remunerações por nível de escolaridade.....	25
4.3. As remunerações por ramos de atividade económica.....	27
4.4. As remunerações por género.....	30
Conclusões	32

Sumário temático

Emprego em crescimento – A população empregada no Norte atingiu o valor de 1,77 milhões em 2024, o que corresponde a um acréscimo líquido de 230 mil postos de trabalho face a 2011, equivalente a um crescimento acumulado de 14,9%.

Terciarização da economia – Entre 2011 e 2024, o emprego no setor de serviços no Norte cresceu 30,4%, evoluindo de 888,5 mil para 1 158,2 mil pessoas empregadas, o que resultou na criação líquida de 269,7 mil postos de trabalho. Em contrapartida, as indústrias transformadoras mantiveram praticamente o nível de emprego, enquanto o setor primário registou uma redução acentuada de 24,6%, com a eliminação de 14 900 postos de trabalho.

Emprego mais qualificado – Entre 2011 e 2024, o número de pessoas empregadas com ensino superior no Norte aumentou 107,3%, passando de 275,5 mil para 571,1 mil. Em sentido inverso, os empregados com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico diminuíram 32,7%, de 971,5 mil para 653,4 mil. Esta evolução reflete uma reconfiguração estrutural do mercado de trabalho, com forte crescimento da procura de qualificações.

Emprego mais envelhecido – Entre 2011 e 2024, o Norte perdeu 99,7 mil empregos no grupo etário dos 16 aos 44 anos. Em contraste, a população empregada entre os 45 ou mais anos aumentou em 329 mil. Apesar da queda do emprego no segmento dos 16 aos 44 anos, o número de pessoas empregadas com ensino superior neste grupo etário aumentou de 205,5 mil para 340,8 mil (+65,8%). Neste contexto, são mais evidentes os sinais de envelhecimento demográfico – do que uma fuga de talentos que tenha limitado a criação de emprego qualificado no Norte.

Emprego mais feminino – Entre 2011 e 2024, o Norte criou 147,7 mil empregos femininos (+20,7%) e 82,3 mil empregos masculinos (+9,9%), reforçando a proporção das mulheres no total da população empregada, passando de 46,2% para 48,6%.

Salários menos desiguais – Entre 2011 e 2024, as remunerações médias líquidas dos trabalhadores por conta de outrem no Norte aumentaram de 751 para 1 081 euros, refletindo um crescimento real de 14,9%. O aumento foi mais expressivo entre os trabalhadores com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico, que viram os seus salários líquidos subir de 598 para 848 euros (+41,8% nominais), correspondendo a um aumento real de 13,2%. Em contraste, os diplomados com ensino superior registaram uma subida salarial mais modesta, de 1 299 para 1 451 euros (+11,7% nominais), o que se traduziu numa perda real de 10,9% no poder de compra.

Contratos de trabalho mais estáveis – Entre 2011 e 2024, a estabilidade do emprego no Norte é reforçada, aumentando a proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo, que passou de 79,6% para 85,3% do total.

Maior atividade da população residente – Entre 2011 e 2024, a taxa de atividade da população dos 25 aos 64 anos no Norte aumentou de 76,4% para 85,0%, verificando-se uma mobilização mais ampla da força de trabalho, impulsionada em particular pelo crescimento da participação feminina. A taxa de atividade das mulheres cresceu de 70,0% para 81,8%, situando-se, no entanto, abaixo da masculina (88,1%) em 2024.

Desemprego reduzido, mas com assimetrias – Entre 2011 e 2024, a taxa de desemprego no Norte diminuiu de 14,0% para 6,5%, aproximando-se do limiar do pleno emprego. A redução foi transversal a todos os grupos etários, mas especialmente acentuada entre os jovens (dos 16 aos 24 anos) e entre os menos qualificados. Ainda assim, em 2024, a taxa de desemprego nos que possuem o ensino superior foi a mais baixa (4,9%), enquanto a dos jovens (16 aos 24 anos) foi a mais elevada (18,6%), refletindo maior vulnerabilidade face à rotatividade e à precariedade do emprego neste grupo etário.

Introdução

Este estudo analisa a evolução do mercado de trabalho do Norte entre 2011 e 2024, com base em indicadores que evidenciam as dinâmicas de emprego, desemprego, atividade e remunerações. O período em análise reveste-se de particular relevância económica e social, abrangendo a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), entre 2011 e 2014, seguida de uma fase de crescimento que se estendeu até 2024, apenas interrompida, de forma transitória, pela crise pandémica de 2020.

Simultaneamente, este intervalo temporal permite avaliar o contexto em que foi delineado o Acordo de Parceria 2014-2020 e a evolução socioeconómica subsequente. A preparação dos Programas Operacionais, tanto regionais como temáticos, ocorreu num cenário marcado por uma crise económica profunda e por níveis historicamente elevados de desemprego. Essa conjuntura contribuiu para uma orientação estratégica centrada em políticas de promoção do emprego e da competitividade. Embora os fundos europeus se destinem a induzir mudanças estruturais — como o reforço das qualificações ou a inovação empresarial —, os instrumentos utilizados podem igualmente desempenhar um papel conjuntural relevante, mitigando os efeitos imediatos em contextos económicos adversos.

A análise do mercado de trabalho ao longo desta série temporal é, por isso, fundamental para compreender as transformações no perfil do emprego em múltiplas dimensões: especialização produtiva, qualificação da força de trabalho, qualidade e estabilidade dos vínculos laborais, igualdade de género, dinâmica das remunerações e envelhecimento (ou rejuvenescimento) da população ativa. Estes aspetos encontram-se alinhados com os objetivos definidos pelas políticas públicas nacionais e europeias e refletidos nos diferentes instrumentos de planeamento estratégico que enquadraram o ciclo de programação 2014-2020.

A evolução socioeconómica verificada ao longo deste período não pode ser atribuída exclusivamente aos fundos estruturais. No entanto, é plausível reconhecer que estes desempenharam um papel relevante na aceleração ou inversão de tendências, sobretudo em domínios estratégicos. Os fundos europeus podem ter um impacto expressivo em várias dimensões, como o apoio à criação de emprego, à dinamização do investimento produtivo, à promoção da inovação, à melhoria das qualificações ou ao reforço da inclusão social. Nestes campos, os recursos mobilizados funcionam frequentemente como catalisadores de políticas públicas, permitindo não só reforçar a capacidade de resposta a desafios conjunturais, mas também induzir transformações estruturais com efeitos prolongados no tempo.

Este estudo também se propõe avaliar as diferenças estruturais entre o Norte e outras NUTS II, permitindo uma comparação não apenas com o valor nacional, mas também com outras regiões do país, com o objetivo de entender melhor as particularidades do mercado de trabalho do Norte e a sua preponderância no contexto nacional. Ao analisar essas comparações, será possível identificar as vantagens e desafios específicos da Região, oferecendo um retrato mais detalhado da evolução do emprego e das condições socioeconómicas ao longo do tempo.

Do ponto de vista metodológico, os dados deste estudo dizem respeito aos recolhidos pelo INE através do Inquérito ao Emprego, uma operação estatística de base trimestral, realizada por entrevista direta a uma amostra representativa da população residente em Portugal. Os indicadores analisados reportam-se a pessoas dos 16 aos 89 anos de idade, segmentados por género, grupo etário, nível de escolaridade, situação perante o trabalho e setor de atividade.

A análise está estruturada da seguinte forma: o capítulo 1 aborda a evolução do emprego, incluindo variações por género, grupos etários, níveis de escolaridade, tipos de contrato e setores de atividade. O Capítulo 2 analisa os indicadores de atividade, com desagregações por sexo e grupo etário. O capítulo 3 examina a evolução do desemprego total e por segmentos da população, enquanto o capítulo 4 explora a evolução das remunerações, com destaque para os efeitos da escolaridade, dos setores económicos e das disparidades de género.

1. Emprego

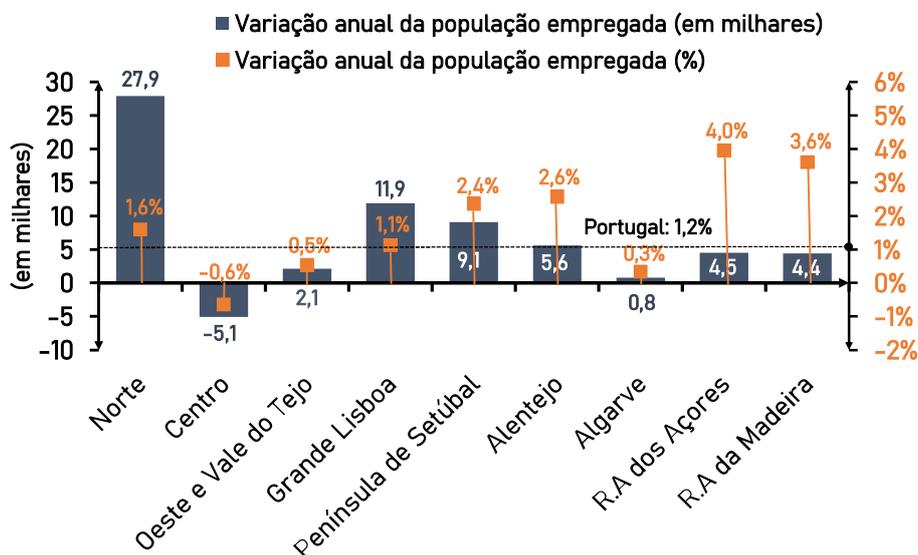
1.1. A evolução da população empregada – total

A população empregada do Norte atingiu 1 770 300 pessoas em 2024, o valor mais elevado desde o início da série em análise, de 2011. Este registo reflete a recuperação sustentada do mercado de trabalho na Região ao longo da última década, período após a intervenção da Troika e que coincidiu com outros choques externos, como a crise pandémica e o pico inflacionário resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia. Comparativamente ao ano anterior, o crescimento da população empregada foi de 1,6% em 2024, representando um acréscimo de 27 900 pessoas empregadas face a 2023. No contexto nacional, o crescimento anual foi inferior (1,2%), ainda assim, o número de pessoas empregadas em Portugal aumentou em 61 100.

Neste cenário de maior dinamismo regional, evidenciado pela diferença nas taxas de crescimento, o Norte representou quase metade do aumento da população empregada em Portugal no ano de 2024, mais especificamente 46% do total nacional. Este contributo é significativo ao considerar que a Região concentra cerca de um terço da população e 30% do PIB do país, proporções inferiores à participação relativa do Norte para o avanço do emprego nacional em 2024.

Em termos absolutos, o Norte foi a região nacional com o maior aumento da população empregada em 2024, com um acréscimo de 27 900 pessoas, seguido pela Grande Lisboa (11 900) e pela Península de Setúbal (9 100). Em termos relativos, os maiores crescimentos anuais verificaram-se nas Regiões Autónomas dos Açores (4,0%) e da Madeira (3,6%), embora estas representem uma pequena fração do emprego nacional. A Grande Lisboa registou um aumento de 1,1%, enquanto o Centro foi a única região a apresentar uma redução (-0,6%).

Figura 1 – Evolução da população empregada por NUTS II em 2024

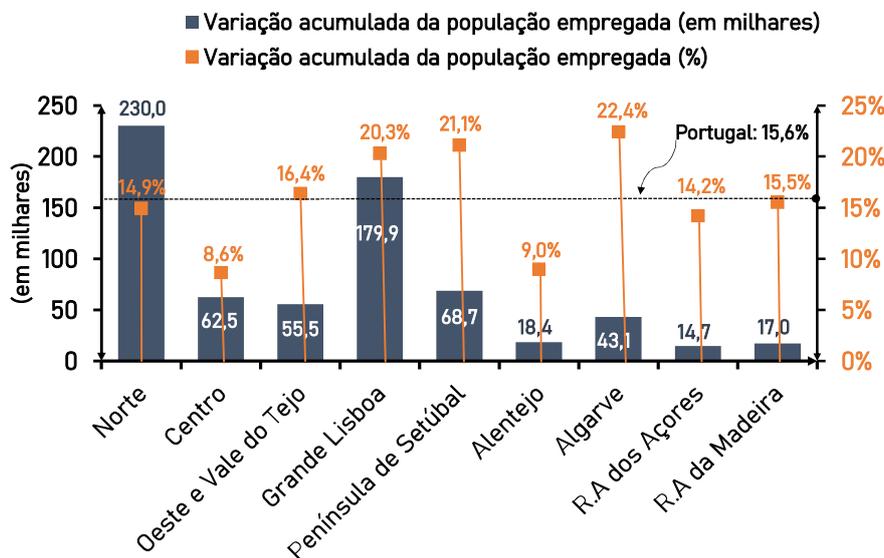


Numa perspetiva de mais longo prazo, a evolução do Norte entre 2011 e 2024 acompanhou de perto o ritmo nacional. Neste período, a população empregada na Região aumentou 14,9%, o que corresponde a mais 230 mil pessoas com emprego. Em Portugal, o crescimento foi ligeiramente superior (15,6%), com um acréscimo de 690 mil pessoas empregadas. No total nacional, o Norte foi responsável por cerca de um terço do emprego criado, uma proporção relevante, mas alinhada com o seu peso demográfico.

O contributo do Norte no dinamismo do emprego nacional ao longo desse período torna-se mais evidente quando comparado com as restantes NUTS II. Entre 2011 e 2024, foi a região com maior aumento da população empregada – 230 mil –, seguida da Grande Lisboa (179,9 mil), Península de Setúbal (68,7 mil) e Centro (62,5 mil).

Porém, ao analisar a variação percentual, o maior crescimento registou-se no Algarve (22,4%), seguido da Península de Setúbal (21,1%) e da Grande Lisboa (20,3%). Já os aumentos mais moderados verificaram-se no Alentejo (9,0%) e no Centro (8,6%).

Figura 2 – Evolução da população empregada por NUTS II entre 2011 e 2024



A evolução da população empregada no Norte e em Portugal entre 2011 e 2024 não seguiu um percurso linear, refletindo diferentes ciclos económicos. Assim, as dinâmicas acumuladas mencionadas anteriormente resultaram de contextos distintos ao longo deste período. Para uma melhor compreensão, este intervalo pode ser dividido em três fases:

- **2011-2014:** Período marcado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF);
- **2014-2019:** Período entre o fim do PAEF e a situação pré-Covid-19;
- **2019-2024:** Período que inclui a crise pandémica de 2020 e a guerra na Ucrânia.

Após a primeira fase de contração, em que a população empregada na Região recuou mais do que a média nacional, seguiram-se duas fases de crescimento, nas quais o Norte registou um aumento ligeiramente superior ao do país. Entre 2014 e 2019, a população empregada na Região cresceu 13,1%, desacelerando para 6,8% entre 2019 e 2024, enquanto em Portugal as variações foram de 12,3% e 6,7%, respetivamente.

No período mais recente (2019-2024), embora o crescimento da população empregada no Norte tenha sido muito próximo ao da média nacional, a sua trajetória revela particularidades importantes. Destaca-se a menor oscilação no ritmo de crescimento anual do emprego no Norte, refletindo uma economia menos vulnerável a fatores conjunturais – como a recuperação do turismo após a pandemia – e mais apoiada por dinâmicas estruturais, como a diversificação económica (entre indústria e serviços) e a sua integração no comércio internacional de bens.

Essa menor exposição às oscilações do turismo contrasta com o padrão nacional, onde o setor teve uma participação superior na recuperação económica entre 2021 e 2023, contribuindo para um maior crescimento do emprego nacional face ao regional nesses anos específicos. Já em 2024, com sinais de estabilização na atividade turística, o crescimento da população empregada no Norte voltou a superar o da média nacional, refletindo, como mencionado, a sua componente mais estrutural.

Outro aspeto relevante é o desempenho do Norte no contexto das regiões de maior peso económico e populacional do país. Entre 2019 e 2024, a população empregada na Região aumentou 6,8%, superando os valores

registados no Centro (5,2%), na Grande Lisboa (6,3%) e no Algarve (6,5%), embora as diferenças em relação a estas duas últimas regiões sejam mais estreitas. No entanto, em termos absolutos, as diferenças regionais tornam-se mais evidentes. Durante este período (2019-2024), a população empregada no Norte aumentou em 113,2 mil, o que corresponde a 35,1% do crescimento total de emprego em Portugal. A Grande Lisboa e o Centro seguiram-se, com acréscimos de 62,7 mil e 39,1 mil, respetivamente.

Figura 3 – Evolução da população empregada entre 2011 e 2024 (taxa de variação anual, %)

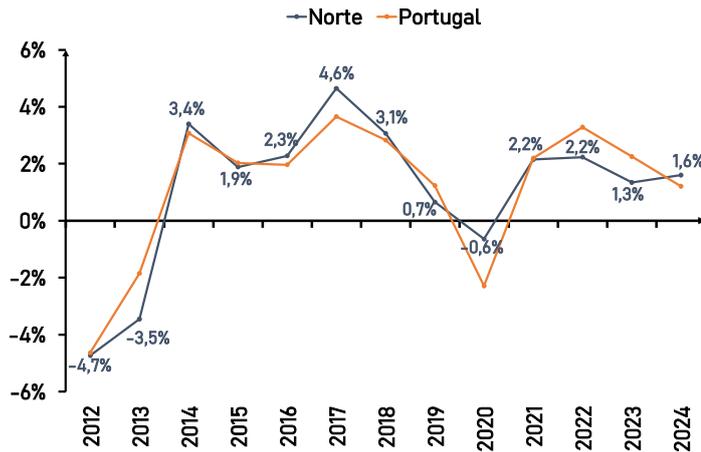
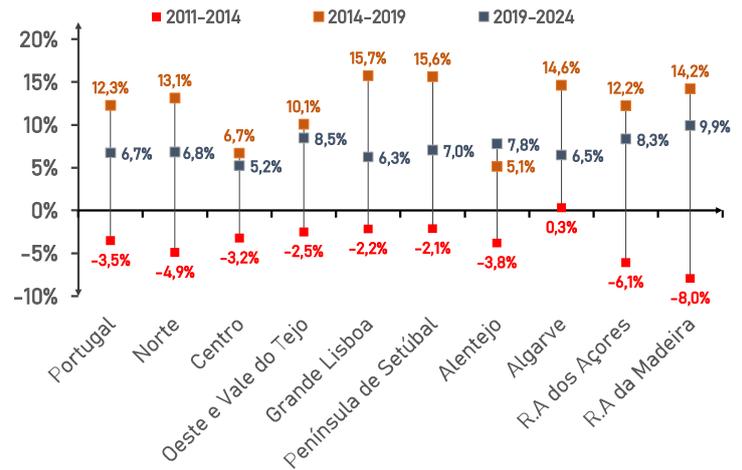


Figura 4 – Evolução da população empregada de 2011 a 2024, por fases (taxa de variação acumulada, %)



Embora o crescimento do emprego ofereça uma visão global da procura de mão-de-obra, não reflete plenamente a eficiência e a inclusão do mercado de trabalho. Estes aspetos são avaliados pela taxa de emprego, que expressa a população empregada em relação à população residente em idade ativa. Em 2024, a taxa de emprego do Norte, no grupo dos 20 aos 64 anos¹, fixou-se em 77,4%, o valor mais elevado desde 2011, quando se situava num nível bastante inferior (65,1%).

Apesar da trajetória de crescimento da taxa de emprego do Norte ao longo de uma década e meia, o valor manteve-se frequentemente abaixo da média nacional, que passou de 66,6% em 2011 para 78,5% em 2024, refletindo uma menor eficiência do mercado de trabalho do Norte no aproveitamento económico da população residente em idade ativa relativamente ao que acontece em Portugal como um todo.

Acresce que, no contexto das NUTS II nacionais, apesar das diferenças serem de reduzida amplitude, a taxa de emprego do Norte neste grupo etário era das mais baixas do Continente. Em 2024, apenas a região do Oeste e Vale do Tejo apresentava um valor inferior ao da Região, com 76,7%. Em contraste, a Grande Lisboa registava a taxa mais elevada (81,1%), uma situação que já se observava em 2011.

Contudo, como mostra a figura 5, o diferencial entre as taxas de emprego nacional e do Norte tem diminuído na fase pós-Covid19 relativamente ao período anterior (2014-2019), sinalizando uma maior convergência na capacidade das economias regional e nacional absorverem a mão-de-obra disponível, com impacto na inclusão social, na criação de riqueza e no contributo do emprego para o crescimento económico. A aproximação nas taxas de emprego poderá ter resultado de um contexto de crescente escassez da força laboral, a qual se tem refletido em taxas de desemprego mais reduzidas durante esse período.

¹ A taxa de emprego neste grupo etário é a mais usada em comparações internacionais, como nos relatórios da Eurostat e da OCDE e foca-se na população em idade ativa, excluindo os extremos etários, como os jovens dos 16 aos 19 e a população ativa com 65 ou mais anos. Este indicador é utilizado também no âmbito do Scoreboard do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Figura 5 – Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos entre 2011 e 2024

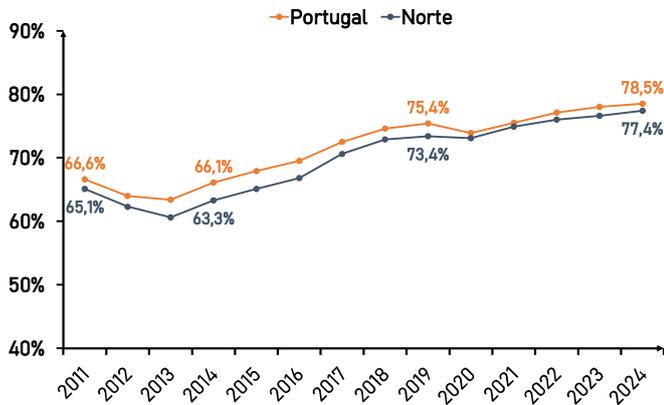
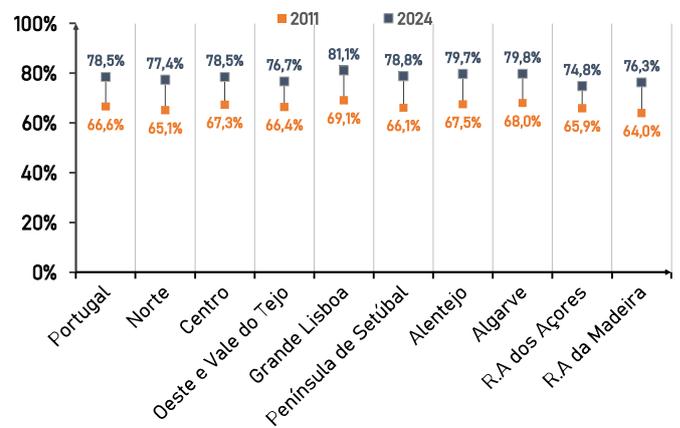


Figura 6 – Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos em 2011 e 2024, por NUTS II



1.2. A evolução da população empregada por género

A população empregada feminina ganhou expressão ao longo da última década e meia na Região e no País, refletindo uma alteração social no emprego com impactos positivos na igualdade de género. Entre 2011 e 2024, a proporção de mulheres no total da população empregada do Norte aumentou de 46,2% para 48,6%. Este aumento na importância relativa resultou num contexto de criação de emprego em ambos os géneros, mas bastante mais acentuado entre as mulheres. Como se observa na figura 8, entre 2011 e 2024, o número de mulheres empregadas no Norte aumentou em 147,7 mil (+20,7%), um valor superior ao aumento registado nos homens, que foi de 82,3 mil (+9,9%).

Embora o peso relativo das mulheres no emprego total da Região tenha aumentado, a sua proporção permaneceu ligeiramente abaixo da média nacional ao longo do período analisado. Entre 2011 e 2024, a percentagem de emprego feminino em Portugal subiu de 47,7% para 49,2%. Esse crescimento decorreu de um aumento de 409,8 mil mulheres empregadas, superando o crescimento entre os homens, que foi de 279,9 mil, com variações percentuais de +19,4% e +12,1%, respetivamente.

Apesar das diferenças no ritmo de crescimento do emprego masculino e feminino entre o Norte e Portugal terem sido pequenas em termos percentuais, a comparação entre as NUTS II revela dinâmicas mais distintas. Entre 2011 e 2024, o Norte liderou, destacadamente, o crescimento do emprego feminino, com um aumento de 147,7 mil postos de trabalho, seguido pela Grande Lisboa (88,9 mil) e o Centro (46,6 mil). No caso dos homens, as diferenças são menos pronunciadas: Grande Lisboa (+90 mil), Norte (+82,3 mil) e Península de Setúbal (+27,5 mil).

Figura 7 – Proporção de mulheres na população empregada total (%)

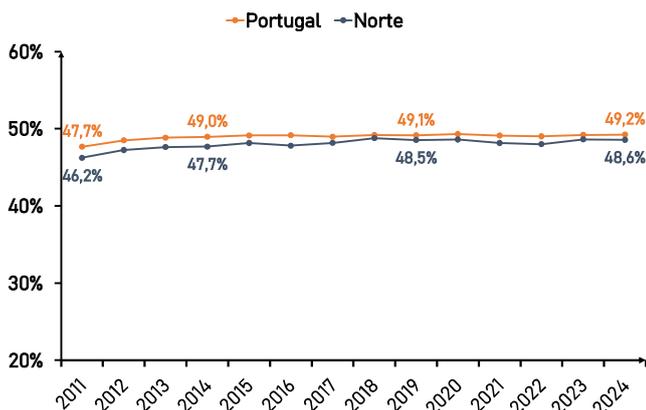
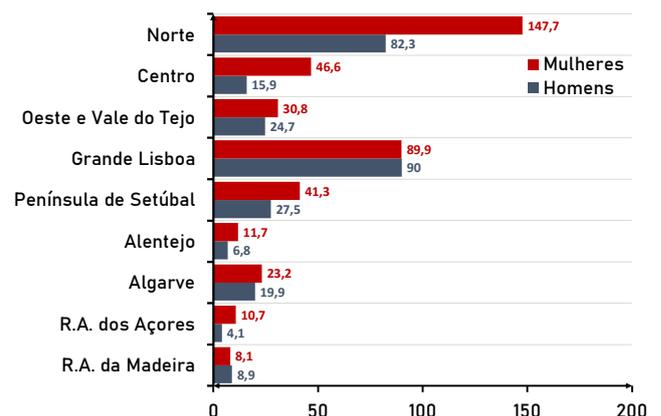


Figura 8 – Evolução da população empregada por género entre 2011 e 2024 (variação em milhares)



As taxas de emprego da população dos 20 aos 64 anos aumentaram ao longo do período em análise em ambos os géneros, tanto no Norte como em Portugal. Esta evolução reflete uma maior inclusão da população residente feminina e masculina no mercado de trabalho, contribuindo para uma utilização mais eficiente do capital humano e para uma maior equidade económica. Entre 2011 e 2024, a taxa de emprego das mulheres dos 20 aos 64 anos no Norte aumentou de 58,7% para 73,9%, enquanto nos homens passou de 71,9% para 81,0%.

Embora as taxas de emprego dos 20 aos 64 anos continuem mais elevadas entre os homens, a diferença entre géneros tem diminuído no Norte ao longo do período em análise. Em 2011, a taxa nos homens era 13,1 p.p. superior à das mulheres, reduzindo-se a diferença para 7,1 p.p. em 2024. A redução do diferencial de emprego entre homens e mulheres traduziu um maior equilíbrio na participação económica, contribuindo para o aumento do rendimento dos agregados familiares e para a redução da pobreza.

Em Portugal, as taxas de emprego dos 20 aos 64 anos encontram-se ligeiramente acima das do Norte em ambos os géneros em 2024, uma característica que resulta do funcionamento do mercado de trabalho da Região e que afeta ambos os sexos. Nos homens, a taxa de emprego nacional é superior à regional em, apenas, 0,4 p.p., enquanto nas mulheres a diferença é de maior amplitude (1,8 p.p.) em 2024. Porém, neste último caso, em resultado do maior dinamismo do emprego feminino na Região, este diferencial tem vindo a diminuir face a 2011, quando a taxa de emprego nacional era superior à do Norte em 3,6 p.p.

Apesar da aproximação da taxa de emprego das mulheres dos 20 aos 64 anos no Norte com a da média nacional, a comparação com as NUTS II ainda revela uma situação desfavorável. Em 2024, o Norte, com 73,9%, apresentava o segundo valor mais reduzido do Continente, apenas acima do Oeste e Vale do Tejo (73,5%). Em contraste, a Grande Lisboa liderava a taxa de emprego feminina (79,2%), uma posição que também se verificava na taxa de emprego dos homens (83,3%).

Figura 9 – Taxas de emprego dos 20 aos 64 anos, por género, no Norte

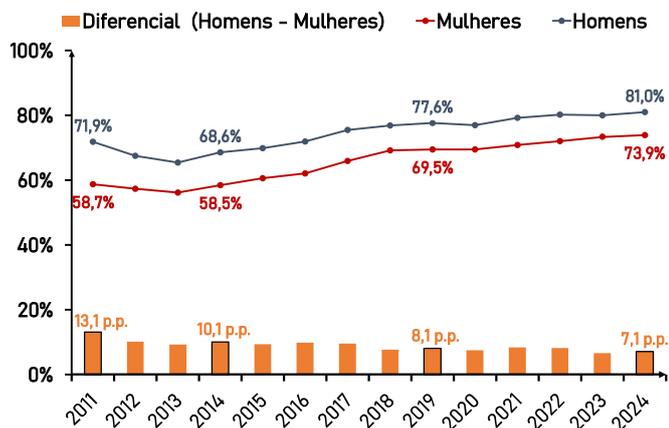
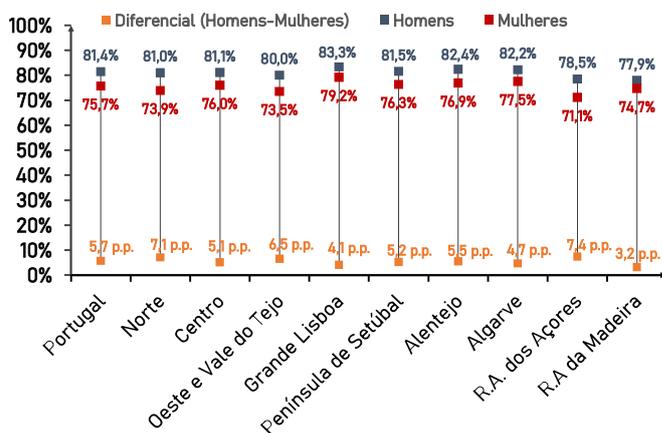


Figura 10 – Taxas de emprego dos 20 aos 64 anos por género, em cada NUTS II, em 2024



1.3. A evolução da população empregada por grupos etários

O aumento da idade média da população empregada no Norte e em Portugal foi uma das mudanças estruturais mais relevantes observadas durante o período em análise. Entre 2011 e 2024, o emprego no Norte aumentou em 230 mil pessoas. No entanto, as três faixas etárias mais jovens — 16-24, 25-34 e 35-44 anos — viram a população empregada diminuir em 10 900, 42 200 e 46 600 pessoas, respetivamente, uma evolução contrária ao crescimento nos grupos etários de maior idade. Este padrão dicotómico na evolução do emprego também foi observado em Portugal, refletindo o envelhecimento nacional, tanto da composição demográfica, como da estrutura do mercado de trabalho (cf. Figura 11).

A evolução do emprego nas faixas etárias mais jovens apresenta implicações socioeconómicas distintas. A redução da população empregada no grupo etário dos 16 aos 24 anos resultou, em parte, de fatores positivos, como a diminuição da taxa de abandono escolar e o aumento da população a frequentar o ensino superior, que contribuíram para o adiamento da entrada no mercado de trabalho. Já a evolução nos dois grupos etários seguintes, até aos 44 anos, aponta para um desafio diferente, associado ao perfil demográfico de envelhecimento da população. Entre 2011 e 2024, em termos globais, a população empregada dos 16 aos 44 anos da Região diminuiu em 99 700 pessoas, uma descida de 10,4%, enquanto em Portugal a redução foi de 206 200 pessoas (-7,7%). O Norte concentrou quase metade da diminuição do emprego nacional neste grupo etário (48,7%), uma proporção muito superior ao seu peso demográfico, indicativo de que este problema da retenção de jovens é mais acentuado do que na média nacional.

A evolução do emprego mais jovem acompanhou também o ciclo económico do Norte. No período de 2011 a 2014, durante a intervenção do PAEF, verificou-se a maior redução de toda a série temporal em análise, com uma diminuição de 92 100 pessoas empregadas no Norte dos 16 aos 44 anos. Entre 2014 e 2019, a recuperação da atividade económica permitiu um aumento de 20 700 pessoas empregadas neste grupo etário, um valor, no entanto, bastante inferior à destruição de emprego que tinha ocorrido na fase anterior. Já no período mais recente, entre 2019 e 2024, o menor crescimento económico, num contexto de crise pandémica e de pressão inflacionista, voltou a traduzir-se numa redução de pessoas empregadas neste segmento da população.

Figura 11 – População empregada, por grupos etários (variação acumulada, em milhares, entre 2011 e 2024)

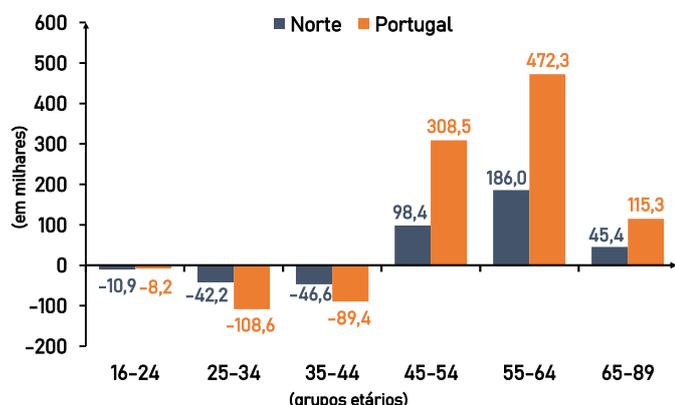
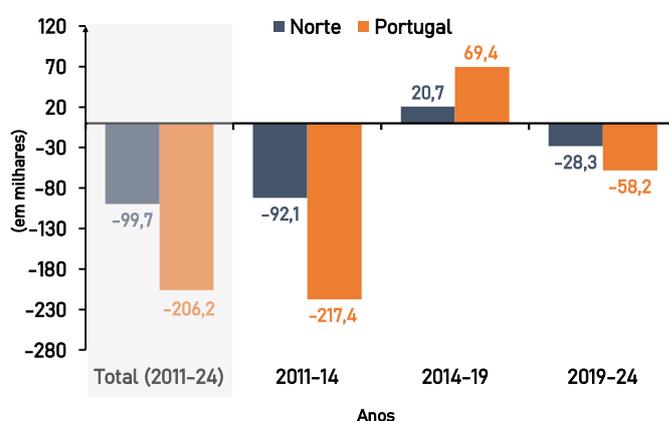


Figura 12 – População empregada no grupo etário dos 16 aos 44 anos, por períodos do ciclo económico (variação acumulada, em milhares)



A intervenção do PAEF foi responsável pela maior parte da perda de emprego entre a população dos 16 aos 44 anos no Norte entre 2011 e 2024. No entanto, o balanço geral revela que a Região ainda não conseguiu aumentar o emprego neste grupo etário nos 10 anos seguintes à intervenção, mesmo num contexto de crescimento económico. Pelo contrário, entre 2014 e 2024, o Norte perdeu 7 600 pessoas empregadas neste segmento da população, enquanto os grupos de maior idade registaram um crescimento acentuado de 313 mil empregos. Esta evolução oposta no mercado de trabalho sugere a presença de fatores estruturais que dificultam a recuperação do emprego jovem, como o acesso à habitação e a oferta salarial menos competitiva face à média nacional e europeia.

No entanto, a dinâmica demográfica associada ao envelhecimento da população contribuiu, indiretamente, para o aumento das taxas de emprego no grupo etário dos 16 aos 44 anos entre 2011 e 2024. Esta aparente contradição resulta da queda da população jovem residente ter sido muito mais acentuada do que a redução do emprego. Entre 2011 e 2024, a população residente dos 16 aos 44 anos no Norte diminuiu em 250 mil pessoas, enquanto o número de empregos caiu em quase 100 mil.

A diminuição da população residente dos 16 aos 44 anos mencionada anteriormente reduziu a base populacional disponível no mercado de trabalho, um efeito que contribuiu para o aumento das taxas de emprego entre os que permaneceram, perante menor concorrência no mercado de trabalho (cf. Figura 13). Esta evolução não se restringiu ao Norte: durante o período em análise, a população residente nacional dos 16 aos 44 anos diminuiu em 561 mil pessoas, um número bastante superior à queda no emprego desse grupo etário (206,2 mil), provocando, igualmente, o aumento das taxas de emprego nesses escalões (cf. Figura 14).

Contudo, a questão demográfica não é a única que explica o aumento das taxas de emprego do escalão etário até aos 44 anos. O aumento dos níveis de qualificação da população, impulsionado pela redução do abandono escolar precoce e pela maior frequência do ensino superior, favoreceu a sua integração no mercado de trabalho num contexto de terciarização da atividade económica, em que a procura por perfis mais qualificados ganhou peso na criação de emprego.

Figura 13 – Taxas de emprego do Norte, por grupos etários

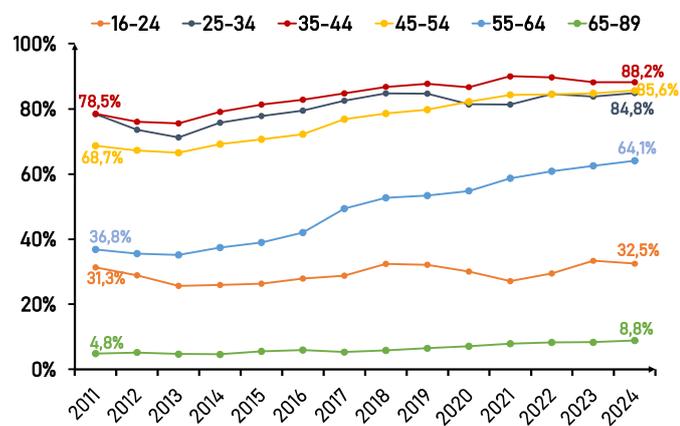
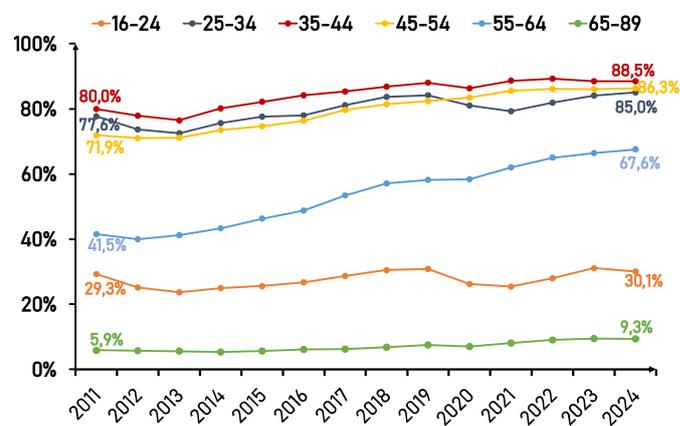


Figura 14 – Taxas de emprego de Portugal, por grupos etários



1.4. A evolução da população empregada por nível de escolaridade

A população empregada no Norte com níveis de escolaridade mais elevados cresceu de forma expressiva entre 2011 e 2024, acompanhando a transformação do mercado de trabalho observada em Portugal e nas restantes NUTS II. Nesse período, o número de empregados com o ensino superior na Região mais do que duplicou, passando de 275,5 mil para 571,1 mil, o que representou um aumento de 107,3%. A nível nacional, o crescimento foi de 95,7%, abaixo do registado no Norte.

A crescente procura de mão-de-obra qualificada impulsionou a reconfiguração dos níveis de escolaridade no mercado de trabalho do Norte. De 2011 a 2024, a proporção de empregados com o ensino superior aumentou de 17,9% para 32,3% do total da Região. Simultaneamente, houve uma redução significativa na participação de trabalhadores com escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico, que passou de 63,1% para 36,9% do total. As qualificações intermédias, como o ensino secundário e pós-secundário, registaram um crescimento, passando de 19,0% para 30,8% do total.

Apesar desse crescimento do emprego qualificado no Norte, o valor ainda está abaixo da média nacional. Em 2024, cerca de 34,0% da população empregada em Portugal possuía o ensino superior, enquanto no Norte esse valor era de 32,3%. No entanto, quando comparado com outras regiões, apenas a Grande Lisboa (45,4%) e a Península de Setúbal (37,5%) superaram o Norte em termos de proporção de trabalhadores com ensino superior.

Figura 15 – População empregada do Norte por nível de escolaridade (em milhares de pessoas e % do total)

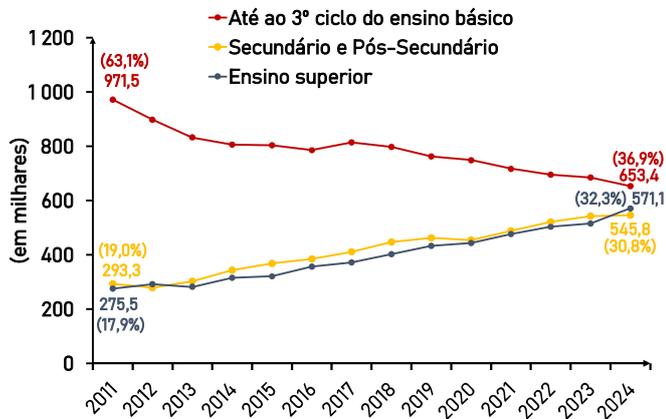
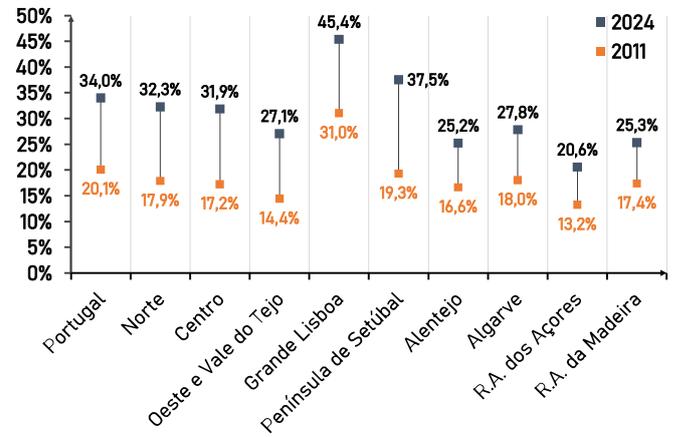


Figura 16 – Proporção da população empregada com o ensino superior no total, por NUTS II



Com base na informação disponível neste documento, é mais evidente a fuga de jovens – considerando o grupo dos 16 aos 44 anos – do que a fuga massiva de talentos e a consequente dificuldade na criação de emprego qualificado. Pelo contrário, neste segmento etário, no Norte, o número de empregados com o ensino superior aumentou de 205,5 mil para 340,8 mil, em evidente contraste com a evolução na população empregada com escolaridade até o 3º ciclo do ensino básico, que diminuiu de 523,9 mil para 174,7 mil, entre 2011 e 2024.

Esta dinâmica revela o papel da economia do conhecimento na composição do emprego, com um crescimento da procura por qualificações, especialmente entre os mais jovens, em detrimento de empregos menos qualificados. Como ilustrado na Figura 17, a percentagem de empregados com o ensino superior entre a população de 16 a 44 anos no Norte aumentou de 21,4% para 39,6% do total entre 2011 e 2024.

No grupo etário superior (45 a 89 anos), a população empregada aumentou em todos os níveis de escolaridade. O crescimento mais expressivo ocorreu, novamente, entre os trabalhadores com o ensino superior, que passou de 70 mil para 230,3 mil entre 2011 e 2024. Já a população empregada com escolaridade até o 3º ciclo do ensino básico teve um aumento moderado, subindo de 447,6 mil para 478,7 mil entre 2011 e 2024. Este nível de escolaridade continua a ser o predominante, com 52,6% do total da população empregada nesta faixa etária.

Em suma, o mercado de trabalho do Norte apresentou uma evolução para um padrão distinto, com uma população empregada jovem (16 a 44 anos) cada vez mais qualificada, contrastando com a população de grupos etários mais velhos, onde ainda predominam níveis de escolaridade mais baixos.

Figura 17 – População empregada do Norte dos 16 aos 44 anos por nível de escolaridade (em milhares de pessoas e em % do total)

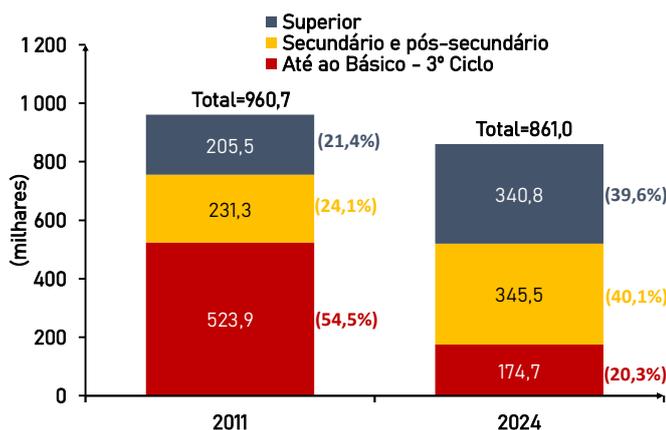
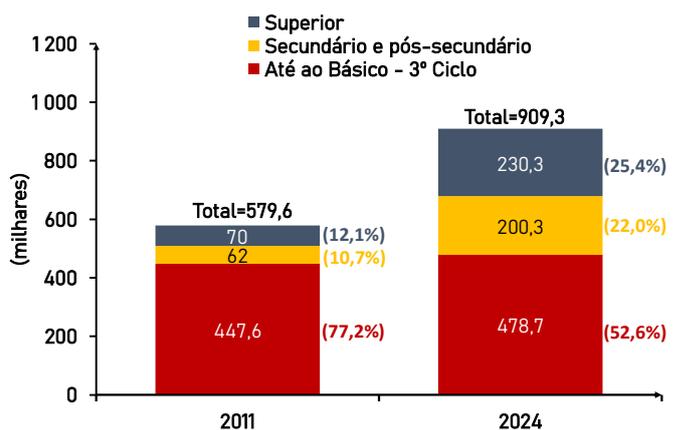


Figura 18 – População empregada do Norte dos 45 aos 89 anos por nível de escolaridade (em milhares de pessoas e em % do total)



O aumento do nível de escolaridade da população empregada verificou-se tanto entre homens como entre mulheres, refletindo um crescimento mais inclusivo do mercado de trabalho no Norte. Nos níveis de escolaridade mais elevados, a população empregada com ensino superior duplicou em ambos os géneros. Entre os homens, o número de empregados com esta escolaridade subiu de 112,4 mil para 238,4 mil entre 2011 e 2024 (+112,1%). No caso das mulheres, passou de 163,1 mil para 332,7 mil, traduzindo-se num aumento de 104,0%.

Apesar das dinâmicas de crescimento semelhantes, registou-se uma mudança estrutural mais marcada no emprego feminino. Em 2024, o ensino superior tornou-se o nível de escolaridade mais representativo entre as mulheres empregadas (38,7%), superando tanto o ensino secundário e pós-secundário (29,6%) como o ensino até ao 3.º ciclo do básico (31,7%). Em 2011, o cenário era distinto, com a maioria das mulheres empregadas concentrada nos níveis de escolaridade mais baixos (56,8%).

Entre os homens, embora tenha havido um reforço do peso relativo das qualificações mais elevadas, o emprego com ensino até ao 3.º ciclo do básico manteve-se predominante em 2024, representando 41,8% do total, seguido do ensino secundário e pós-secundário (32,0%) e do ensino superior (26,2%).

A mudança no perfil do emprego feminino está, em parte, associada à terciarização da economia do Norte ao longo desse período. Setores que tradicionalmente empregavam muitas mulheres com baixas qualificações, como a indústria têxtil e do vestuário, perderam peso devido à automatização, realocação da produção e aumento da concorrência global. Em contrapartida, houve uma expansão do emprego em áreas como a educação, saúde, tecnologia e serviços empresariais, que exigem maiores qualificações e empregam mais mulheres.

Figura 19 – População empregada masculina do Norte, por nível de escolaridade
(em milhares de pessoas e em % do total)

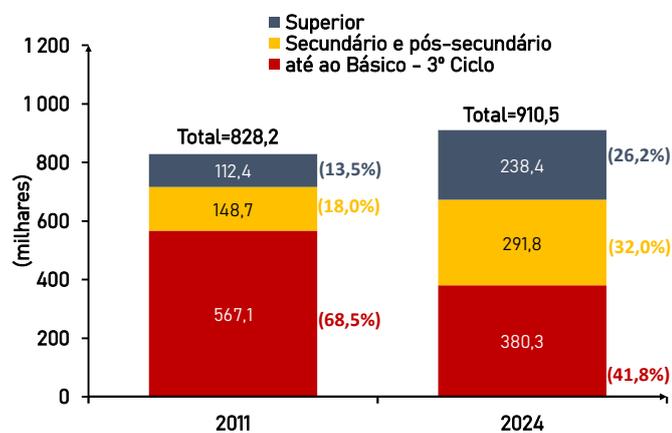
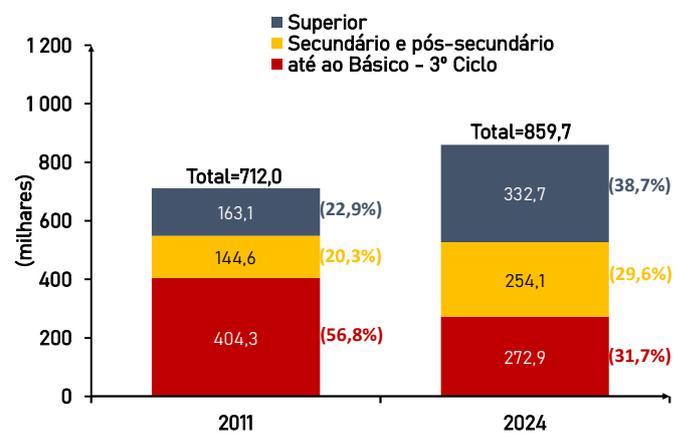


Figura 20 – População empregada feminina do Norte, por nível de escolaridade
(em milhares de pessoas e em % do total)



1.5. A evolução dos trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho

A evolução do emprego espelhou mudanças relevantes no mercado de trabalho, sobretudo no reforço da estabilidade contratual. Entre 2011 e 2024, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo no Norte subiu de 79,6% para 85,3%, situando-se acima da média nacional de 84,1% em 2024. Esta trajetória, em linha com a tendência nacional, traduziu-se num maior nível de segurança no emprego, com impacto positivo na previsibilidade dos rendimentos e no acesso a direitos laborais.

Neste período, a estabilidade profissional, medida pela proporção de contratos sem termo, aumentou em todas as NUTS II, exceto na Região Autónoma da Madeira, onde se manteve praticamente inalterada. Em 2024, o Norte registava o segundo valor mais elevado do País neste indicador, superando regiões de elevada dimensão

económica e populacional, como a Grande Lisboa (83,3%) e o Centro (84,4%). O Algarve, marcado pela forte sazonalidade do turismo, apresentava a menor proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos sem termo (80,0%).

Figura 21 – Trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo (em % do total)

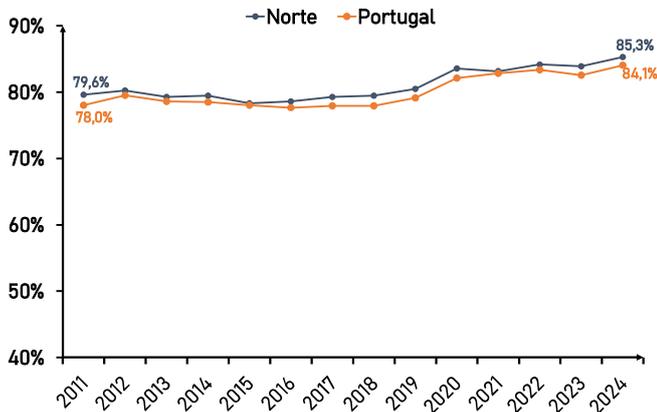
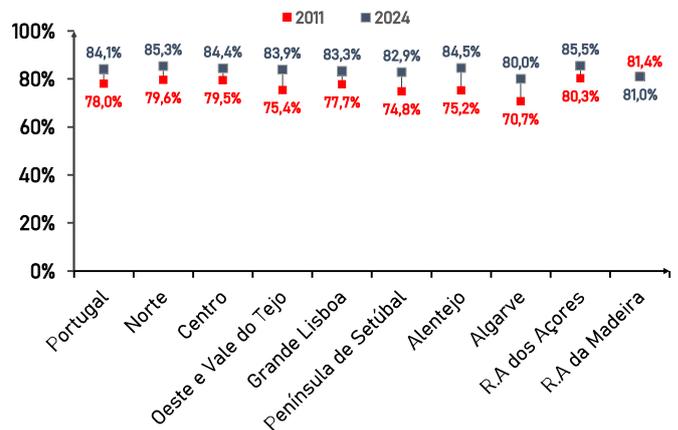


Figura 22 – Trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo, por NUTS II (em % do total)



A estabilidade do emprego aumentou para os homens e mulheres entre 2011 e 2024, uma tendência estrutural verificada no Norte e no País. Além disso, em ambos os contextos geográficos, as disparidades de género mantiveram-se pouco acentuadas ao longo da série temporal. Em 2024, no Norte, os contratos sem termo representavam 85,9% do total de trabalhadores masculinos por conta de outrem, face a 84,7% nas mulheres. Em ambos os casos, os valores são superiores aos observados na média nacional (cf. Figura 24).

Em termos comparativos com o País, a estabilidade contratual dos trabalhadores masculinos por conta de outrem no Norte era ligeiramente superior à das restantes NUTS II nacionais, ou seja, a Região tinha a maior percentagem de contratos sem termo (85,9%), seguida pela Região Autónoma dos Açores (85,2%) e pelo Centro (84,3%).

No caso das mulheres, apesar de continuar a ter uma posição de destaque, o Norte (84,7%) apresentava o terceiro valor mais elevado do País, num ranking liderado pelos Açores (85,6%) e pelo Alentejo (85,1%). Ainda assim, o valor do Norte superava o de outras regiões de grande dimensão económica e populacional, como a Grande Lisboa (83,3%) e o Centro (84,5%), este último com uma diferença pouco expressiva.

Figura 23 – Trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo no Norte (em % do total de cada género)

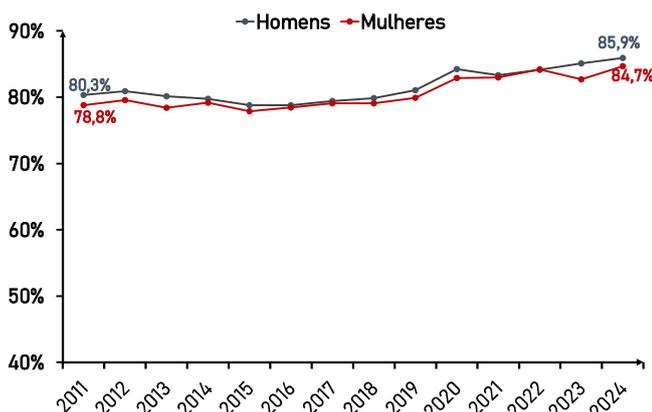
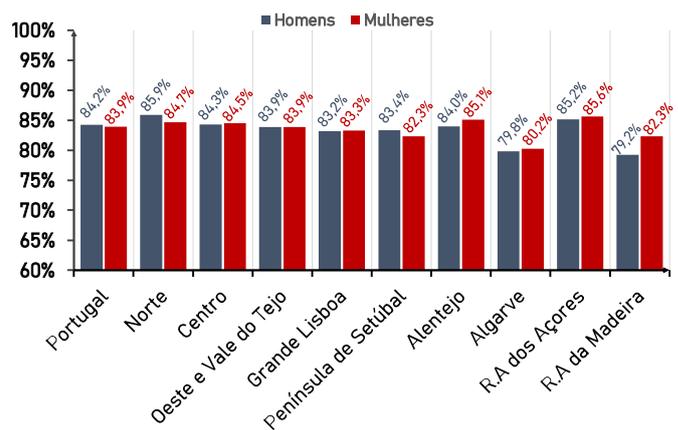


Figura 24 – Trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo, por NUTS II, em 2024 (em % do total de cada género)



1.6. A evolução da população empregada por setor de atividade

A evolução da população empregada no Norte, ilustrada nas figuras 25 e 26, destaca mudanças na estrutura económica da Região entre 2011 e 2024. Entre as principais tendências, estão a expansão do setor de serviços, a ligeira retração do setor secundário e a acentuada redução do setor primário – uma dinâmica também observada a nível nacional, embora de forma mais gradual.

Entre 2011 e 2024, o emprego no setor de serviços no Norte cresceu 30,4%, passando de 888,5 mil para 1 158,2 mil, o que resultou na criação líquida de 269,7 mil postos de trabalho. Como reflexo dessa mudança estrutural, a participação do setor de serviços no total de empregos da Região aumentou de 57,7% para 65,4%.

Em contrapartida, o setor secundário, que abrange as indústrias transformadoras, extrativas, energia, água e construção, teve uma diminuição de 4,2% no número de empregos entre 2011 e 2024, com uma redução de 24 800 postos de trabalho. Essa evolução, devido essencialmente à queda do emprego no ramo da construção, resultou na perda de peso relativo do setor secundário, passando de 38,4% para 32,0% do total.

Já o setor primário, que engloba a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, registou uma diminuição acentuada de 24,6% na população empregada, resultando na redução de 14 900 postos de trabalho. Esta descida é reflexo de mudanças estruturais, como o aumento da produtividade agrícola, a mecanização e a migração para setores de maior valor acrescentado. Consequentemente, a participação do setor primário no total de empregos do Norte diminuiu de 3,9% para 2,6%.

Figura 25 – População empregada por setores de atividade no Norte

(em milhares de pessoas e % do total)

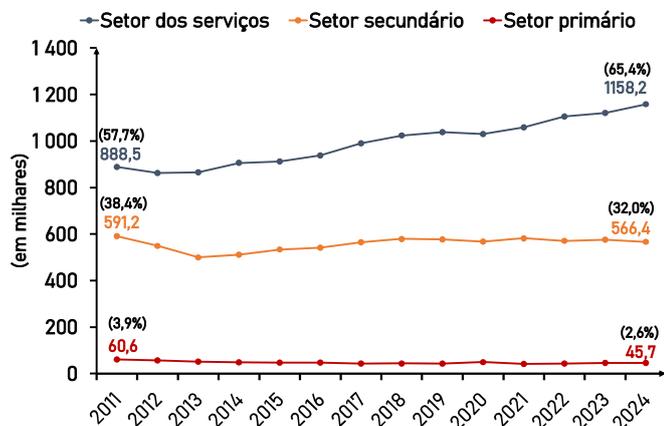
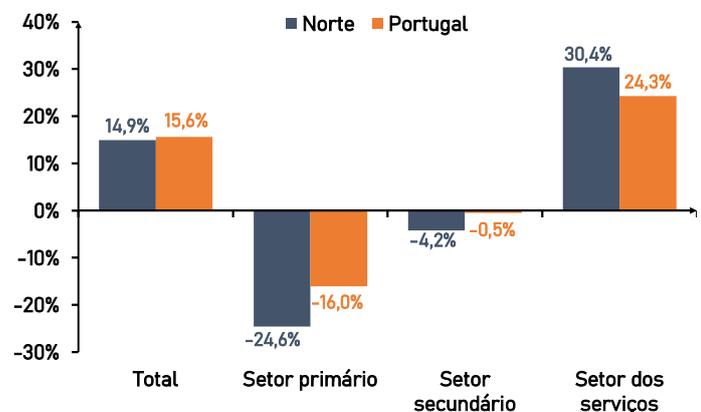


Figura 26 – População empregada por setores de atividades

(variação % entre 2011 e 2024)



A terciarização da economia do Norte foi impulsionada por diversos fatores. Além da realocação da mão-de-obra devido ao aumento da produtividade nos setores primário e secundário, o envelhecimento da população e o desenvolvimento socioeconómico da Região estimularam a procura por serviços, particularmente no Terciário Superior, que envolvem atividades de maior qualificação e complexidade económica. Como ilustrado na figura 28, as atividades com maior crescimento no emprego no Norte, entre 2011 e 2024, foram as de saúde humana e apoio social (+57 800), informação e comunicação (+40 700), consultoria e atividades científicas e técnicas (+36 900), educação (+29 800) e atividades administrativas e de apoio (+23 000).

O crescimento da fileira do turismo e das atividades logísticas também contribuíram para o aumento do emprego noutros ramos dos serviços. Entre 2011 e 2024, o ramo do alojamento, restauração e similares viu a população empregada aumentar em 14 900 pessoas, um valor que compara com crescimentos de 20 000 pessoas nos transportes e armazenamento e com 12 200 pessoas nas atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.

Apesar do crescimento do setor de serviços, as indústrias transformadoras continuam a ser, destacadamente, o principal ramo de atividade económica no Norte, empregando 409,9 mil pessoas em 2024, seguidas pelo comércio (258,7 mil), saúde humana e apoio social (166,1 mil), educação (150,4 mil) e construção (130,0 mil).

Figura 27 – Os 8 ramos de atividade económica com mais pessoas empregadas no Norte (em milhares de pessoas)

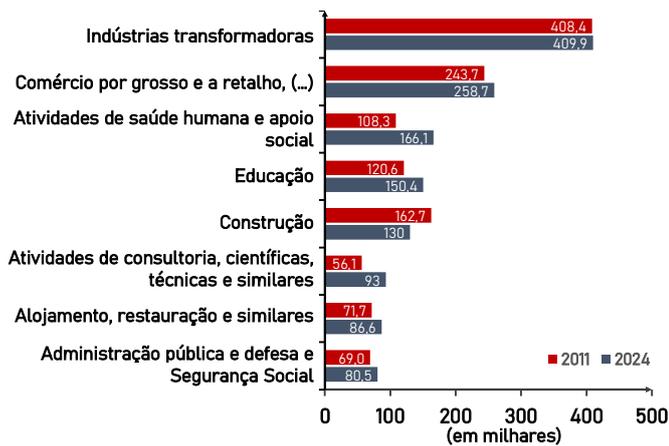


Figura 28 – Os 8 maiores crescimentos do emprego, por ramos de atividade económica do Norte (variação em milhares de pessoas entre 2011 e 2024)



Mesmo enfrentando sucessivas crises económicas – desde a das dívidas soberanas até à interrupção do fornecimento de matérias-primas durante a pandemia e à escalada dos preços da energia –, as indústrias transformadoras no Norte mantiveram o nível de emprego, com um ligeiro crescimento de 0,4% entre 2011 e 2024. No entanto, este aumento foi inferior ao da média nacional (6,0%) e aos das restantes NUTS II do Continente, nas quais pequenas variações absolutas traduziram-se em aumentos percentuais mais acentuados. Sendo a mais industrializada, o Norte esteve mais vulnerável aos choques externos, num contexto em que a inovação tecnológica acelerou a substituição de trabalho pela automação dos processos, dois efeitos que terão contribuído para o menor crescimento do emprego deste ramo no Norte.

Num contexto totalmente diferente e revelador do ritmo de terciarização, entre 2011 e 2024, o Norte foi a região nacional com o maior crescimento do emprego no setor dos serviços (30,4%), seguida da Península de Setúbal (29,0%) e do Oeste e Vale do Tejo (25,6%), superando, inclusive, o aumento observado na Grande Lisboa (22,8%), a região nacional mais especializada em serviços do Terciário Superior.

Figura 29 – Taxa de crescimento do emprego no setor dos serviços, por NUTS II (variação acumulada %, entre 2011 e 2024)

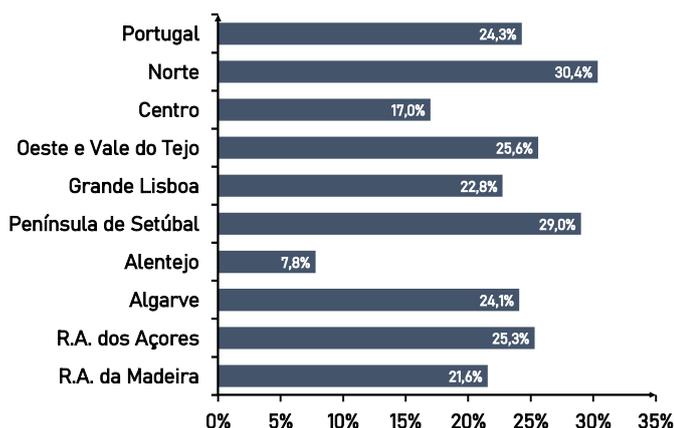
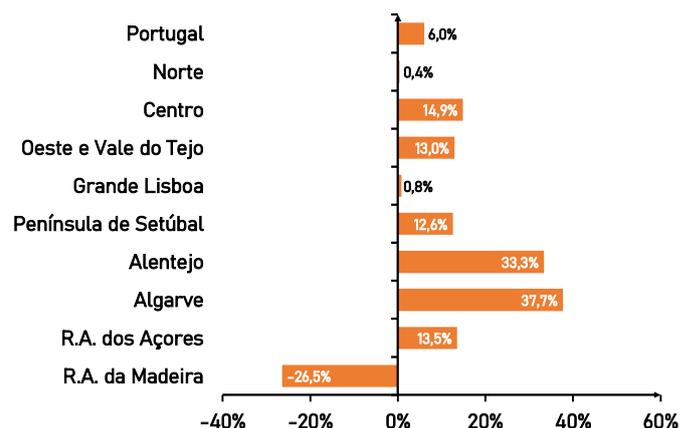


Figura 30 – Taxa de crescimento do emprego nas indústrias transformadoras, por NUTS II (variação acumulada %, entre 2011 e 2024)



2. Atividade e inatividade

2.1. A evolução da população ativa - total

A evolução da população ativa é um fator determinante do crescimento potencial da economia. Enquanto o aumento do emprego pode resultar de uma recuperação conjuntural — como a observada após a crise económica de 2011-2014 —, o incremento da população ativa reflete mudanças estruturais mais profundas, como fluxos migratórios positivos, maior participação das mulheres no mercado de trabalho, requalificação da mão-de-obra inativa e melhor alinhamento das competências profissionais às necessidades do mercado de trabalho.

Esses fatores estruturais tornaram-se mais relevantes no crescimento sustentado de postos de trabalho no recente contexto de convergência da economia para uma situação de pleno emprego. De facto, durante o período em análise, as maiores taxas de crescimento anual da população ativa do Norte e de Portugal ocorreram entre 2021 e 2024, uma fase de taxas de desemprego reduzidas, enquanto as menores taxas de crescimento da população ativa ocorreram nos anos anteriores, num quadro de taxas de desemprego mais elevadas, onde o crescimento económico apenas absorveu a mão-de-obra já disponível.

As mudanças estruturais da oferta de trabalho só podem ser, no entanto, plenamente compreendidas num período mais extenso. Entre 2011 e 2024, a população ativa do Norte — composta por indivíduos disponíveis para trabalhar entre 16 e 89 anos — aumentou de 1 790 800 para 1 894 100 pessoas, refletindo um crescimento de 103,3 mil (5,8%). Esse aumento percentual foi significativamente inferior ao crescimento do emprego no mesmo período (14,9%), uma discrepância que aponta para uma maior eficiência, em vez de uma expansão acentuada da força de trabalho. A mesma tendência verificou-se a nível nacional, com o emprego a crescer substancialmente acima da população ativa (15,6% e 6,9%, respetivamente).

As dinâmicas regionais revelaram diferenças significativas na evolução da população ativa. Entre 2011 e 2024, a Península de Setúbal (11,1%) e a Grande Lisboa (11,0%) registaram os maiores aumentos, bastante acima do Norte (5,8%), enquanto o Centro (3,3%) e o Alentejo (0,5%) apresentaram taxas de crescimento mais reduzidas. Estas diferenças regionais refletem não apenas o dinamismo do mercado de trabalho (a proximidade a grandes centros urbanos e a oferta de emprego qualificado), mas também fatores como as diferenças interregionais no rendimento *per capita*, a acessibilidade à habitação² e as migrações motivadas pela procura de salários e oportunidades de trabalho mais favoráveis.

Figura 31 – População ativa (16-89 anos)
(taxa de variação anual, %)

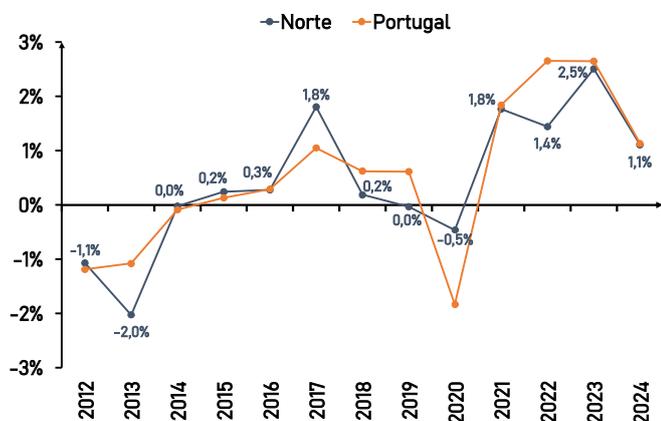
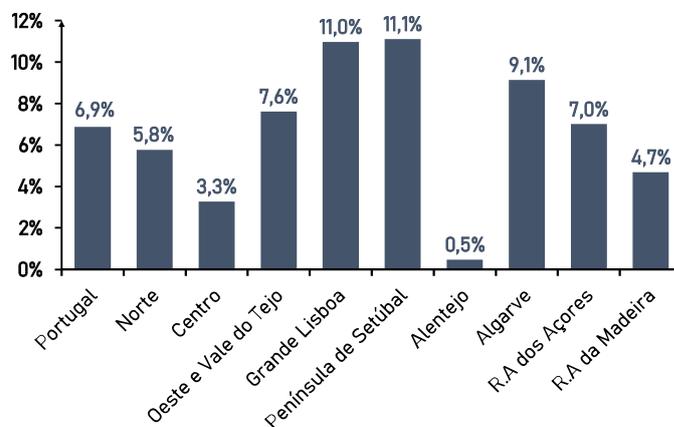


Figura 32 – População ativa (16-89 anos), NUTS II
(taxa de variação acumulada, %, entre 2011 e 2024)



² O elevado crescimento da população ativa em Península de Setúbal pode estar ligado à proximidade com a Grande Lisboa e a menores preços de habitação. Como a residência habitual é o critério utilizado para determinar a população ativa, e não o local de trabalho, muitos residentes ativos da Península de Setúbal podem estar empregados na Grande Lisboa.

O crescimento da população ativa dos 16 aos 89 anos no Norte, de 5,8%, foi superior ao crescimento da população residente neste grupo etário, que aumentou 2,9% entre 2011 e 2024. Isso sugere que, além da evolução demográfica, impulsionada por novos imigrantes, outros fatores influenciaram a expansão da força de trabalho na Região. São exemplos o crescimento do setor terciário que ampliou as oportunidades, o adiamento da reforma e a maior inserção de mulheres no mercado de trabalho. Como resultado, a taxa de atividade do Norte dos 16 aos 89 anos³ aumentou de 58,2% para 59,8% entre 2011 e 2024. Em Portugal, esse indicador passou de 58,0% para 60,2%.

O esforço de escolarização da população residente no Norte e em Portugal, ao longo da última década e meia, visando níveis de ensino mais elevados, adiou a entrada de jovens no mercado de trabalho, fator que contribuiu para uma evolução menos acentuada da taxa de atividade dos 16 aos 89 anos. Ao mesmo tempo, apenas uma pequena percentagem da população acima dos 65 anos se encontra em atividade. Neste contexto, ao excluir os extremos etários, a taxa de atividade dos 25 aos 64 anos torna-se um indicador mais preciso da participação da população em idade ativa no mercado de trabalho, com a vantagem de ser um indicador que reflete, em parte, o impacto da escolarização na força de trabalho.

Entre 2011 e 2024, a taxa de atividade dos 25 aos 64 anos no Norte aumentou acentuadamente de 76,4% para 85,0%. Este crescimento ocorreu num contexto de evoluções antagónicas nos principais agregados. Nesta faixa etária, a população ativa cresceu 5,8%, apesar de a população residente ter diminuído 4,8%. Isto sugere um aumento acentuado da participação no mercado de trabalho neste grupo populacional, impulsionado por fatores socioeconómicos como a transição de ex-estudantes para o mercado de trabalho, a redução de inativos desencorajados, o aumento da atividade nos grupos etários menos jovens e, como mencionado, a maior participação de mulheres, sobretudo qualificadas. Em Portugal, a taxa de atividade dos 25 aos 64 anos também teve um aumento expressivo, evoluindo de 78,2% para 86,3% no mesmo período (cf. Figura 33).

No contexto nacional, as taxas de atividade da população dos 25 aos 64 anos aumentaram em todas as NUTS II entre 2011 e 2024, mas persistem diferenças regionais. Em 2024, os valores mais elevados registaram-se na Grande Lisboa (89,6%), Península de Setúbal (88,2%) e Algarve (86,8%), enquanto as Regiões Autónomas e o Oeste e Vale do Tejo apresentam as taxas mais baixas. Já o Norte, com forte presença industrial e uma economia voltada para o exterior, está mais exposto a mudanças tecnológicas disruptivas, que podem aumentar a inatividade entre trabalhadores sem as qualificações necessárias para essa transição. Este aspeto ajuda a explicar, em parte, por que a taxa de atividade da Região é a segunda mais baixa entre as NUTS II do Continente. Em estruturas económicas mais dependentes do turismo e do emprego público, o risco de inatividade é menor.

Figura 33 – Taxas de atividade nos grupos etários dos 25 aos 64 anos e dos 16 aos 89 anos

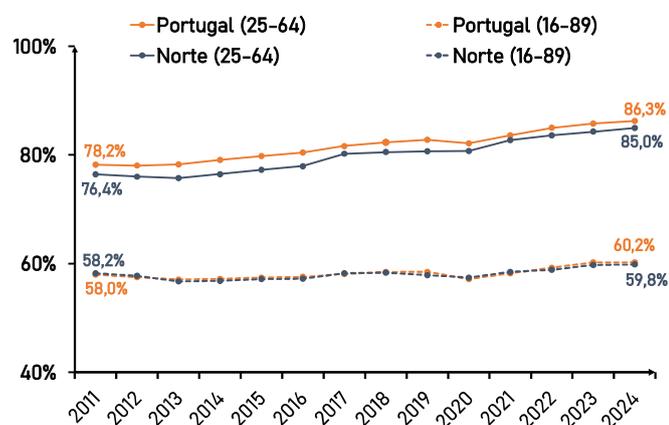
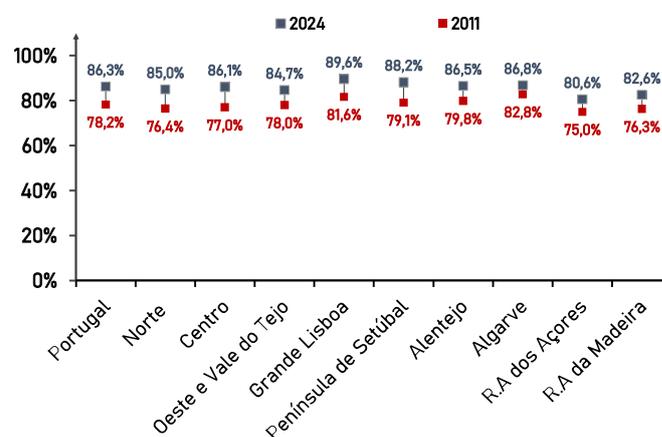


Figura 34 – Taxas de atividades dos 25 aos 64 anos, por NUTS II



³ A taxa de atividade diz respeito à proporção da população residente que pertence à população ativa num determinado grupo etário, sendo a definição mais ampla, a faixa etária dos 16 aos 89 anos.

2.2. A evolução da população ativa, por género

O crescimento da população ativa feminina no Norte tem sido um dos principais motores da evolução social e económica da Região, impulsionando não apenas a disponibilidade de mão-de-obra, mas também a promoção da igualdade de género. Entre 2011 e 2024, o número de mulheres ativas entre os 16 e os 89 anos aumentou de 843,7 mil para 927,1 mil, um acréscimo de 83,4 mil pessoas (+9,9%). Esse crescimento superou, amplamente, o registado entre os homens, cuja população ativa aumentou em 19,9 mil (+2,1%). Apesar do crescimento menos acentuado no sexo masculino, os homens continuam a ser a maioria da força de trabalho.

A crescente participação feminina na população ativa tem se destacado particularmente no grupo etário dos 25 aos 64 anos, onde o esforço de escolarização das mulheres, nas últimas décadas, teve um impacto decisivo na sua inserção no mercado de trabalho. Neste segmento, a população ativa feminina do Norte cresceu 7,8% entre 2011 e 2024, um ritmo muito superior ao dos homens, cujo aumento foi de apenas 1,2%.

A evolução da taxa de atividade reflete essa tendência. No grupo dos 25 aos 64 anos, a taxa feminina subiu de 70,0% para 81,8% entre 2011 e 2024, enquanto a masculina registou um incremento mais moderado 83,3% para 88,4%. Apesar da diferença entre os géneros, a distância entre as taxas reduziu-se, sinalizando uma participação mais equilibrada no mercado de trabalho do Norte (cf. Figura 35).

Apesar do progresso nas taxas de atividade em ambos os géneros, os valores no Norte continuam abaixo da média nacional, de 89,3% nos homens e 83,5% nas mulheres. Entre as NUTS II, Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve registam as taxas mais elevadas, enquanto Madeira e Açores apresentam os valores mais baixos. Esta comparação evidencia um desafio adicional para o Norte, que, apesar dos avanços, mantém taxas de atividade ligeiramente inferiores às de outras regiões do País.

Figura 35 – Taxas de atividade dos 25 aos 64 anos por género, no Norte

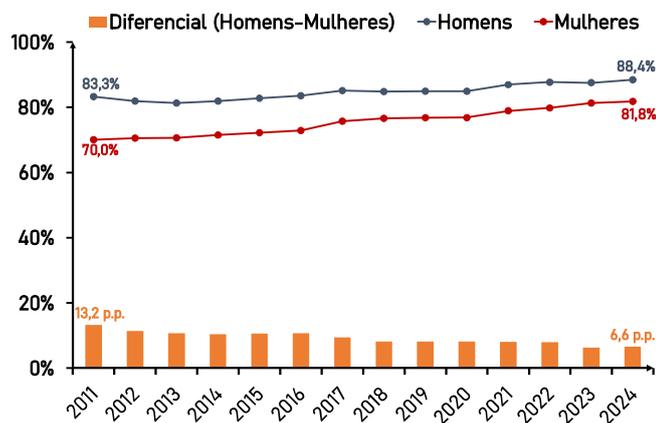
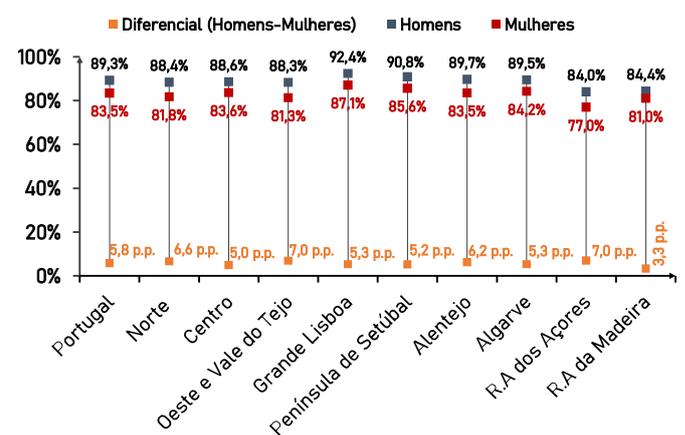


Figura 36 – Taxas de atividade dos 25 aos 64 anos, por género, em 2024, NUTS II



2.3. A evolução da população ativa, por grupo etário

A população ativa por grupos etários oferece uma visão detalhada da oferta de trabalho, permitindo compreender questões-chave como a renovação geracional e a estrutura demográfica. Em princípio, uma população ativa mais jovem tende a adotar novas tecnologias com maior facilidade, o que pode acelerar transformações setoriais. Em contrapartida, uma força de trabalho mais envelhecida pode enfrentar desafios significativos em termos de adaptação a novas rotinas e mudanças. Entre 2011 e 2024, os mercados de trabalho do Norte e de Portugal observaram dois padrões comuns. Em ambos os casos, a população ativa nos grupos etários mais jovens (15-24, 25-34 e 35-44 anos) diminuiu, em contraste com os crescimentos registados nos grupos etários de maior idade (cf. Figuras 37 e 38).

No Norte, a população ativa dos 16 aos 44 anos diminuiu em 196,6 mil pessoas, enquanto nos grupos seguintes de maior idade verificou-se um aumento de 300 mil. Esta evolução antagónica reflete o envelhecimento demográfico, a queda da taxa de natalidade, criando desafios para a renovação geracional do mercado de trabalho. Em Portugal, a população ativa no grupo etário dos 16 aos 44 anos diminuiu em 459,2 mil, o que significa que o Norte representou cerca de 43% dessa redução nacional, uma proporção bastante superior ao seu peso demográfico e económico no contexto nacional.

Figura 37 – Evolução da população ativa do Norte, por grupo etário, entre 2011 e 2024
(variação em milhares e variação percentual, %)

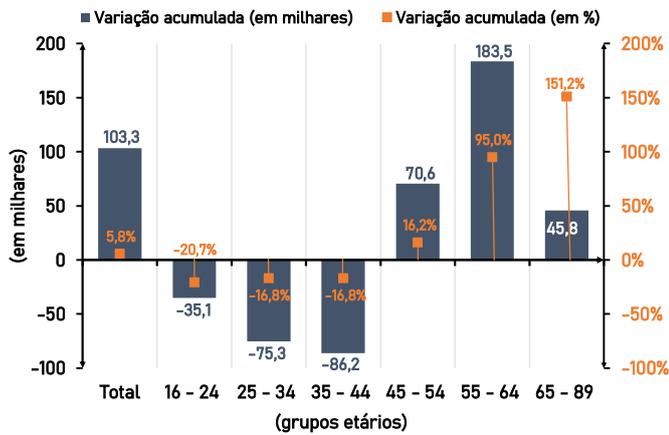
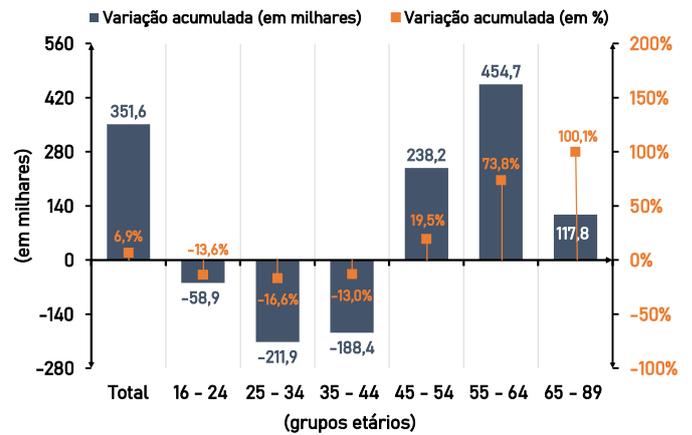


Figura 38 – Evolução da população ativa em Portugal, por grupo etário, entre 2011 e 2024
(variação em milhares e variação percentual %)



Apesar da diminuição absoluta da população ativa entre os 16 e os 44 anos entre 2011 e 2024, as taxas de atividade dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos aumentaram no período, tanto no Norte como em Portugal, mantendo-se como as mais elevadas entre todas as faixas etárias. Esse aumento decorreu de uma redução mais acentuada na população residente do que na população ativa, refletindo tendências demográficas e económicas. Embora a redução da natalidade e o envelhecimento da população tenham diminuído o número de residentes nessas idades, a escassez de trabalhadores e o aumento da qualificação da mão-de-obra impulsionaram a participação económica no mercado de trabalho entre os que permaneceram. Essa evolução, apesar de não ser ideal devido à queda absoluta de ativos jovens, contribuiu para atenuar parcialmente os efeitos da diminuição da população nesta faixa etária, garantindo taxas de atividade elevadas entre os 25 e os 44 anos. Em contrapartida, foi no grupo etário dos 16 aos 24 anos que as taxas de atividade diminuíram, tanto no Norte quanto em Portugal, justamente devido ao esforço de escolarização realizado nesse grupo ao longo do período em análise.

Figura 39 – Taxa de atividade do Norte, por grupo etário

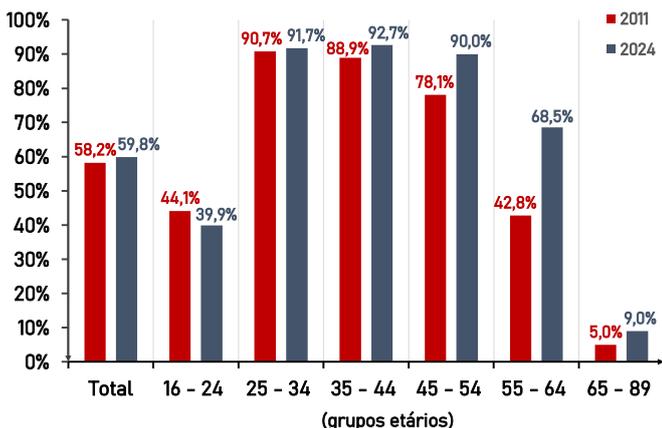
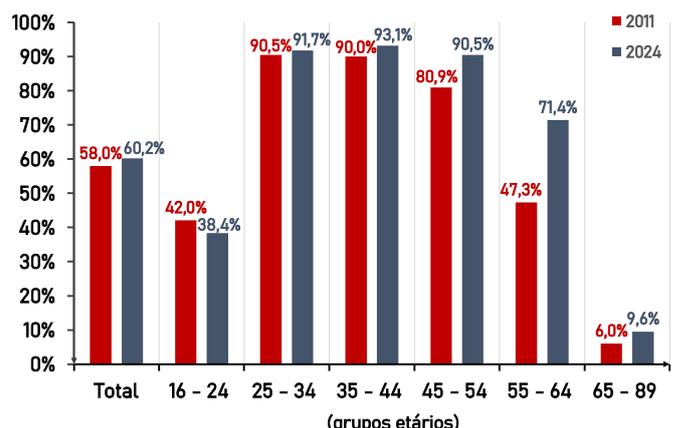


Figura 40 – Taxa de atividade de Portugal, por grupo etário



3. Desemprego

3.1. O desemprego total

A população desempregada no Norte registou uma queda acentuada entre 2011 e 2024, reduzindo-se de 250 500 para 123 800, o que representa uma diminuição acumulada de 50,6%. Essa redução foi ligeiramente superior à observada a nível nacional, onde o número de desempregados desceu 49,1%. No contexto das NUTS II nacionais, as maiores quedas percentuais ocorreram no Algarve e na Região Autónoma da Madeira, duas regiões onde predomina a atividade turística, enquanto as menores se verificaram no Centro e na Península de Setúbal.

A evolução da população desempregada acompanhou a queda nas taxas de desemprego⁴, uma tendência comum no Norte e em todas as NUTS II de Portugal. No caso específico do Norte, a taxa de desemprego diminuiu de 14,0% para 6,5% entre 2011 e 2024, enquanto a nível nacional, o indicador passou de 13,5% para 6,4% no mesmo período. Porém, essa redução não foi linear ao longo do período em análise, refletindo contextos socioeconómicos distintos que se explicam a seguir.

Entre 2011 e 2013, a taxa de desemprego no Norte aumentou significativamente durante a intervenção da Troika, em consequência da crise económica. A partir de 2013, iniciou-se uma fase de descida acentuada, impulsionada pela recuperação da atividade económica, que se prolongou até 2019. Desde então, apesar do impacto reduzido da crise pandémica no mercado de trabalho e do crescimento económico registado posteriormente, a taxa de desemprego no Norte manteve-se relativamente estável, uma tendência também observada a nível nacional.

A estabilidade da taxa de desemprego do Norte a partir de 2019, mesmo num contexto de crescimento económico e de criação de emprego na Região (+113 mil postos de trabalho de 2019 a 2024), resultou do aumento significativo da população ativa nesse período, impulsionado sobretudo pela entrada de imigrantes no mercado de trabalho. Esse fenómeno atenuou o impacto da geração líquida de emprego na redução da taxa de desemprego, refletindo uma maior disponibilidade de mão-de-obra num contexto de recuperação económica. Assim, mais do que uma rigidez estrutural do mercado de trabalho, a estabilidade do desemprego reflete uma dinâmica demográfica favorável, associada ao aumento da força de trabalho num contexto de melhores perspectivas económicas.

A taxa de desemprego observada de 6,5% no Norte e de 6,4% em Portugal em 2024 está próxima dos valores estimados para a Taxa de Desemprego Natural, que varia entre 5% e 6%. Esta taxa natural representa o nível de desemprego que uma economia mantém a longo prazo, mesmo quando funciona de maneira eficiente e sem pressões inflacionárias. Valores abaixo desse intervalo poderiam levar a um crescimento económico insustentável, gerando inflação, o que acabaria por deteriorar a competitividade da Região.

Figura 41 – Taxa de desemprego

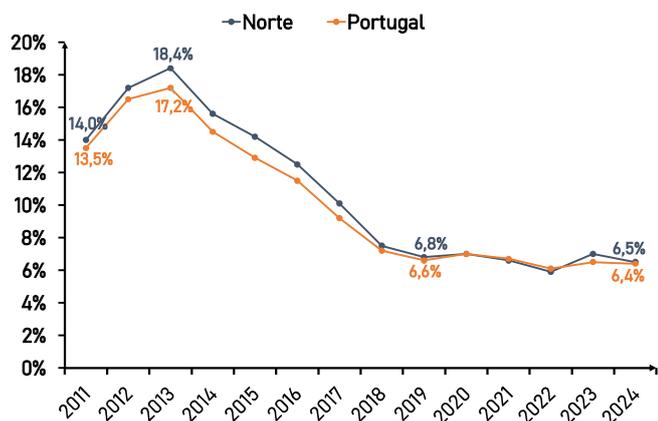
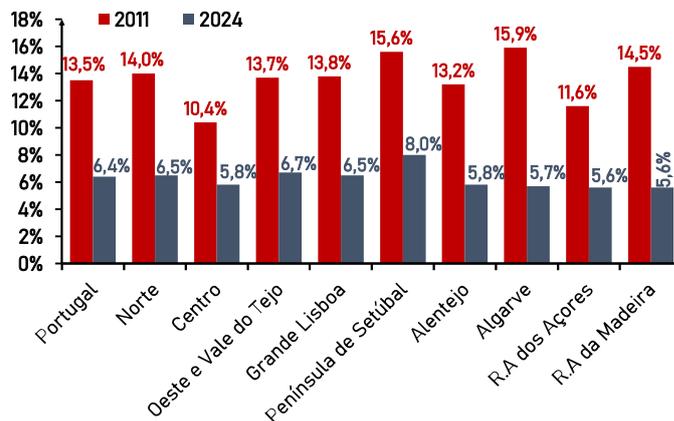


Figura 42 – Taxa de desemprego, por NUTS II



⁴ Mede a percentagem da população ativa que se encontra desempregada.

3.2. O desemprego por género

A redução da taxa de desemprego em ambos os géneros foi uma tendência observada em todas as NUTS II nacionais entre 2011 e 2024. No caso do Norte, a taxa de desemprego feminina diminuiu de 15,6% para 7,3%, registando uma queda mais acentuada do que a verificada entre os homens, cuja taxa recuou de 12,5% para 5,8%.

Apesar desta evolução mais favorável entre as mulheres, a taxa feminina manteve-se, ao longo de todo o período, acima da masculina. Esta diferença estrutural mostra que a igualdade de género no mercado de trabalho ainda não está plenamente consolidada, mesmo num contexto em que o nível médio de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens. Essa vantagem escolar pode ter contribuído, porém, para atenuar o diferencial: em 2011, a taxa de desemprego feminina no Norte superava a masculina em 3,1 p.p., diferença que desceu para 1,5 p.p. em 2024.

A disparidade entre géneros no desemprego era, em 2024, comum a todas as regiões NUTS II, com exceção da Grande Lisboa, onde a taxa de desemprego feminina era inferior à masculina. Este padrão sugere que regiões mais desenvolvidas, com maiores rendimentos e níveis de qualificação, tendem a apresentar menores assimetrias neste indicador. As maiores diferenças verificaram-se no Norte, na Região Autónoma dos Açores e no Centro – três das regiões com menores níveis de rendimento há vários anos consecutivos.

Neste contexto, observam-se indícios de uma relação positiva entre o nível de desenvolvimento económico – medido pelo rendimento por habitante – e menores disparidades nas taxas de desemprego entre géneros. Essa tendência nas regiões mais desenvolvidas poderá refletir fatores como a maior presença de serviços qualificados, a valorização das competências numa economia mais intensiva em conhecimento e o menor peso do trabalho informal, que afeta de forma mais acentuada as mulheres, especialmente devido aos desafios na conciliação entre vida profissional e a família.

Figura 43 – Taxa de desemprego do Norte, por género

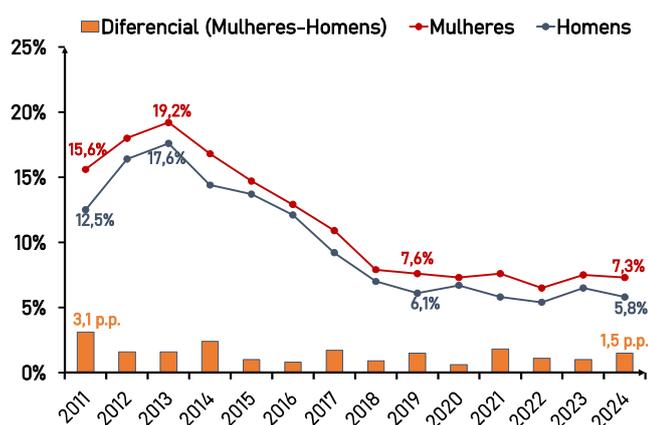
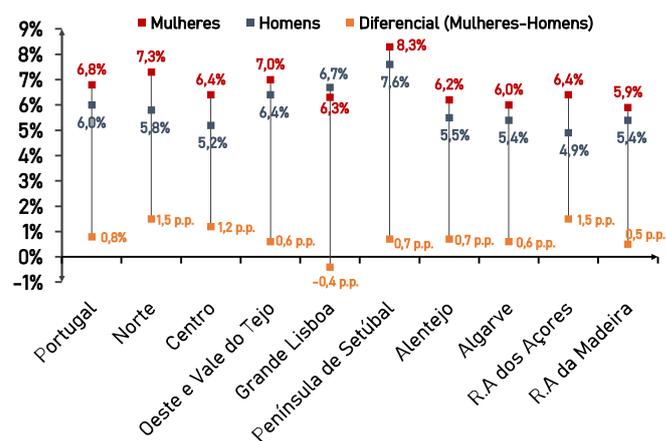


Figura 44 – Taxa de desemprego por género, por NUTS II, em 2024



3.3. O desemprego por grupo etário

As taxas de desemprego diminuíram em todos os grupos etários no Norte entre 2011 e 2024, acompanhando a tendência nacional. A redução mais acentuada verificou-se entre os jovens dos 16 aos 24 anos, cuja taxa recuou de 29,0% para 18,6%. Apesar desta evolução, este grupo continuava a registar, em 2024, a taxa de desemprego mais elevada, bastante acima da média regional de 6,5%.

A diferença expressiva entre a taxa de desemprego dos 16 aos 24 anos e a média global reflete uma característica estrutural, observada tanto no Norte como no conjunto do País. Vários fatores explicam esta

realidade. Por um lado, os jovens enfrentam maiores barreiras à entrada no mercado de trabalho, sobretudo pela menor experiência acumulada, o que gera maior incerteza para os empregadores. Do ponto de vista do capital humano, encontram-se ainda em processo de aquisição de competências valorizadas pelo mercado, o que os torna mais vulneráveis ao desemprego.

Por outro lado, os jovens são mais frequentemente contratados em regimes precários — como contratos a termo, estágios ou trabalho temporário — ficando mais expostos às flutuações do ciclo económico. Estão também mais sujeitos ao desemprego friccional, relacionado com a procura do primeiro emprego ou com transições frequentes até alcançarem uma colocação mais estável — processo que, por vezes, pode prolongar-se por vários anos.

A dualidade do mercado de trabalho manifesta-se, assim, numa forte redução da taxa de desemprego à medida que a idade aumenta, convergindo depois para variações menos expressivas nos grupos etários seguintes. No caso do Norte, em 2024, a taxa de desemprego era de 18,6% entre os 16 e os 24 anos, diminuindo para 7,5% entre os 25 e os 34 anos, e para 4,8% entre os 35 e os 44 anos, situando-se em 5,2% no grupo dos 45 ou mais anos.

A dualidade observada no Norte não difere substancialmente da tendência nacional, marcada por taxas de desemprego mais elevadas entre os mais jovens. Ainda assim, registam-se algumas diferenças: em 2024, a taxa de desemprego dos 16 aos 24 anos era inferior no Norte (18,6%) face à média nacional (21,6%). Nos restantes grupos etários, as diferenças entre os valores regionais e nacionais eram pouco significativas.

Estas conclusões apontam para uma resiliência ligeiramente superior do mercado de trabalho jovem no Norte, refletida numa taxa de desemprego inferior à média nacional entre os 16 e os 24 anos. Embora esta diferença não altere a natureza estrutural da dualidade etária, sugere que, no contexto regional, poderão existir dinâmicas económicas, institucionais ou de políticas ativas de emprego que têm contribuído para uma inserção relativamente mais rápida dos jovens no mercado de trabalho.

Figura 45 – Taxas de desemprego por grupos etários no Norte

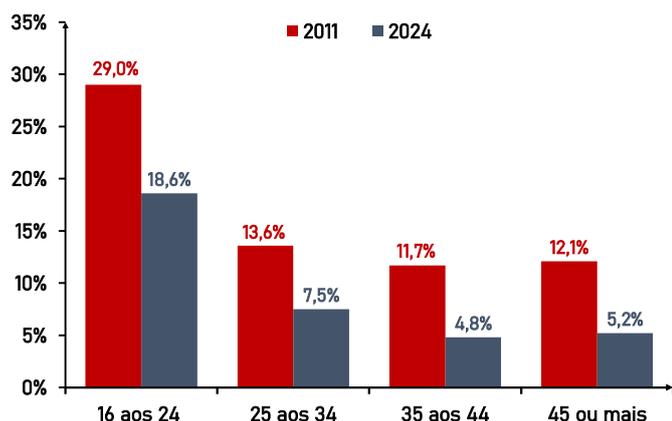
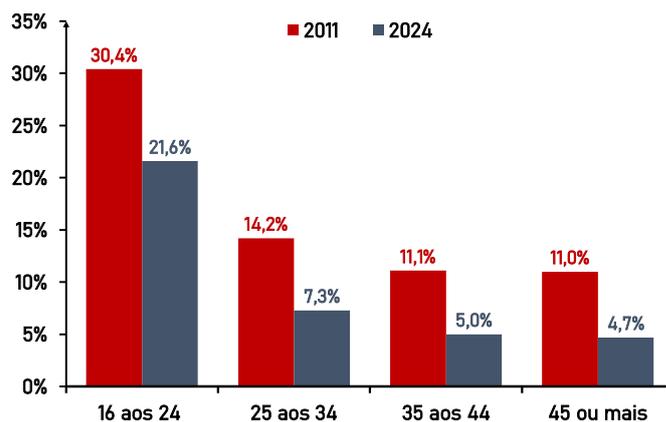


Figura 46 – Taxas de desemprego por grupos etários em Portugal



3.4. O desemprego por nível de escolaridade

As taxas de desemprego diminuíram em todos os níveis de escolaridade no Norte entre 2011 e 2024, acompanhando a tendência observada a nível nacional. Após uma queda acentuada entre 2014 e 2019, as taxas estabilizaram a partir de 2019, com oscilações anuais reduzidas até 2024. Apesar dessa estabilização, persistem diferenças na empregabilidade: as taxas de desemprego da população ativa com ensino superior mantiveram-se consistentemente inferiores às dos restantes níveis de escolaridade, um diferencial que se observa tanto no

Norte quanto em todo o País. Este padrão reflete uma característica estrutural importante, indicando uma maior procura de trabalho qualificado em relação à oferta disponível.

No Norte, a taxa de desemprego da população ativa com ensino superior diminuiu de 9,5% em 2011 para 4,9% em 2024, aproximando-se de um valor de pleno emprego. Esta taxa é ligeiramente superior à observado em Portugal para o mesmo nível de escolaridade (4,7%), sugerindo uma convergência nos níveis de eficiência no aproveitamento da mão-de-obra qualificada. Esta situação de taxas muito reduzidas, em contexto de pleno emprego, traz tanto vantagens, quanto desvantagens. No lado positivo, há uma pressão para a subida dos salários dos jovens qualificados, o que pode ajudar a mitigar o risco de fuga de talentos e valorizar o acesso à educação superior. Por outro lado, num cenário de estagnação da oferta de mão-de-obra qualificada, pode ocorrer a escassez de recursos humanos em setores mais intensivos em conhecimento, o que pode desacelerar a transição tecnológica em curso.

Entre 2011 e 2024, as reduções do desemprego foram mais acentuadas nos níveis de escolaridade inferiores, em grande parte devido à crise económica que afetou mais profundamente os menos qualificados no início da década. O crescimento económico sustentado desde 2014, apesar do breve interregno causado pela crise pandémica, contribuiu para a diminuição das disparidades de empregabilidade entre os diferentes níveis de escolaridade. Contudo, em 2024, as taxas de desemprego entre a população ativa com ensino secundário e pós-secundário do Norte eram de 7,7%, enquanto para aqueles com um nível até o 3º ciclo do ensino básico eram de 7,0%, valores ainda superiores aos do grupo com ensino superior (4,9%).

As diferenças nas taxas de desemprego por nível de escolaridade assumem naturezas distintas consoante o contexto económico. Em períodos de recessão, como entre 2011 e 2014, essas disparidades têm uma forte componente conjuntural. Já em fases mais prolongadas de crescimento, como entre 2019 e 2024, com a economia a convergir para o pleno emprego, a sua persistência aponta para um risco de desemprego estrutural entre os trabalhadores menos qualificados. Este tipo de desemprego resulta de desajustamentos duradouros entre as competências disponíveis e as exigências do mercado de trabalho, ou de transformações económicas que tornam certos empregos obsoletos ou menos acessíveis para parte da população ativa.

Figura 47 – Taxas de desemprego do Norte por nível de escolaridade

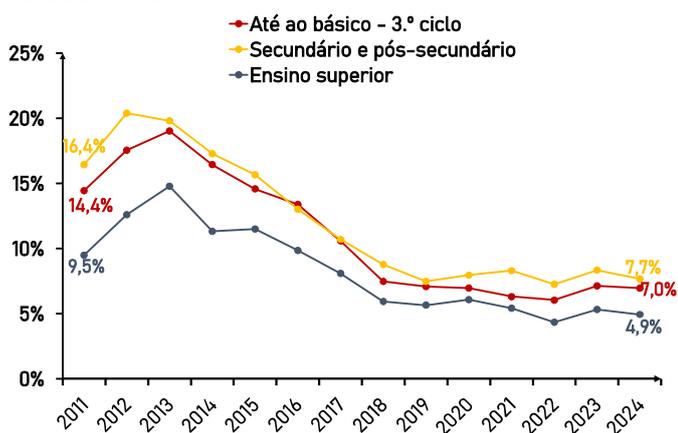
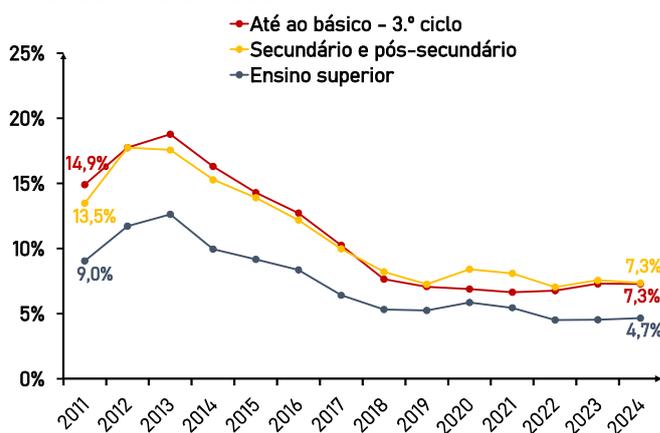


Figura 48 – Taxas de desemprego de Portugal por nível de escolaridade



4. Remunerações

4.1. As remunerações totais

A análise das remunerações baseou-se, unicamente, no salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem, excluindo os por conta própria. Apesar desta limitação metodológica, o impacto é reduzido, dado o elevado peso dos primeiros no total do emprego. Neste contexto, a evolução desse indicador reflete de forma

razoavelmente fiel a trajetória geral das remunerações líquidas de impostos, tanto no Norte como no conjunto do País.

Os salários médios líquidos do Norte não evidenciaram uma convergência nominal face à média nacional entre 2011 e 2024, apesar do crescimento registado ao longo do período em análise. Como mostra a Figura 49, o salário médio no Norte aumentou de 751 para 1 081 euros, o que representa um acréscimo nominal de 330 euros. No mesmo intervalo, a média nacional subiu de 811 para 1 142 euros, traduzindo um incremento de 331 euros. O diferencial entre o salário médio regional e o de Portugal manteve-se praticamente inalterado, evidenciando uma trajetória paralela, mas não convergente.

A persistência das disparidades salariais face ao País demonstra a dificuldade do Norte em superar o ritmo de valorização do trabalho observado a nível nacional, o que tem impedido a convergência com Portugal neste indicador. O crescimento nominal dos salários não foi suficiente para alterar o padrão histórico de remunerações mais baixas na Região no contexto nacional, com impactos na retenção de jovens, no potencial de consumo interno e no seu efeito multiplicador sobre a economia regional.

Em termos reais, considerando o efeito da inflação — moderada na maioria dos anos, com exceção dos aumentos acentuados de 2022 e 2023 — o poder de compra do salário médio líquido mensal no Norte registou um acréscimo de 112 euros entre 2011 e 2024, o que corresponde a um crescimento acumulado de 14,9% ao longo de 13 anos. Em média anual, este ganho representa uma subida real de 1,1%, ou seja, um aumento de 8,6 euros por mês acima da inflação em cada ano do período analisado.

Este crescimento modesto foi comum a todas as regiões, refletindo um contexto nacional de fraco crescimento económico. Ainda assim, devido a uma evolução diferenciada dos preços, o poder de compra dos salários líquidos no Norte cresceu ligeiramente acima da média nacional (14,9% contra 13,1%). Entre as regiões⁵, o maior crescimento percentual dos salários reais foi observado no Centro (+17,2%), enquanto os menores registaram-se na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores, ambas com +9,6%.

Figura 49 – Salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem (valor nominal, em euros)

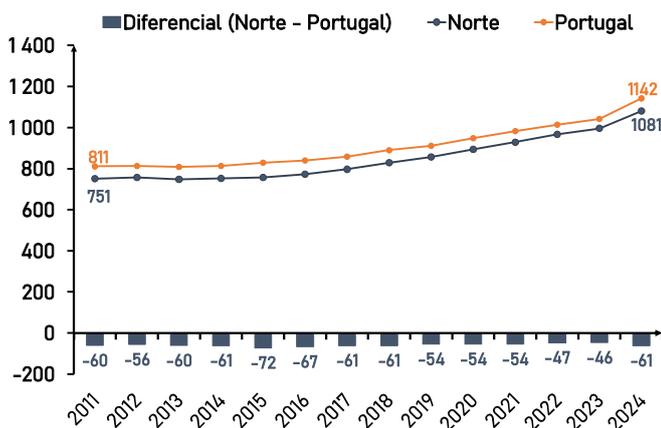
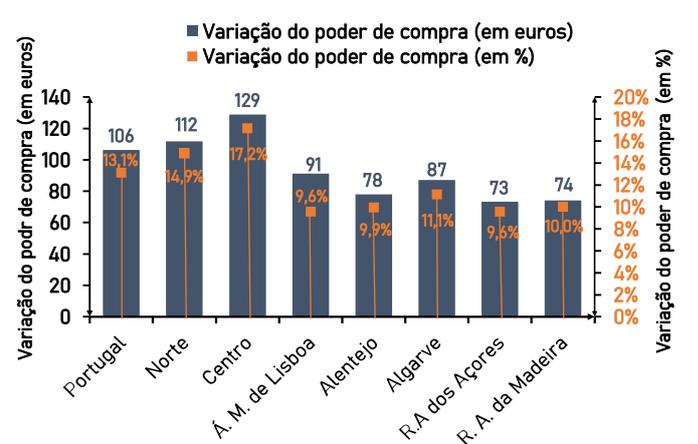


Figura 50 – Evolução do poder de compra do salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem (Variação acumulada entre 2011 e 2024, em euros e %)



4.2. As remunerações por nível de escolaridade

Os salários médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem do Norte aumentaram entre 2011 e 2024 em todos os níveis de escolaridade, mantendo-se, contudo, abaixo da média nacional em cada um dos casos. O

⁵ Apenas foi possível calcular o salário real para as NUTS II de acordo com a classificação antiga de 2013.

crescimento nominal mais acentuado ocorreu entre os trabalhadores com menores qualificações, refletindo sobretudo o impacto das políticas de valorização do salário mínimo. Neste grupo — com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico — a remuneração média líquida subiu de 598 para 848 euros, um acréscimo de 250 euros, equivalente a +41,8%. Apesar desta evolução, continuava a ser o segmento com o salário médio mais reduzido.

Nos restantes níveis, entre 2011 e 2024, o aumento salarial foi mais moderado à medida que crescia o grau de escolaridade. Entre os trabalhadores com ensino secundário e pós-secundário, os salários líquidos aumentaram 220 euros (+30,1%) durante esse período, atingindo 950 euros em 2024. Já entre os diplomados do ensino superior, o acréscimo foi de 152 euros (+11,7%), fixando-se nos 1 451 euros. Ainda assim, este valor continua a ser o mais elevado entre os grupos analisados.

A evolução dos salários por nível de escolaridade revela uma tendência de compressão das diferenças remuneratórias. Apesar de manterem o rendimento médio mais elevado, os trabalhadores com ensino superior têm perdido progressivamente margem salarial face aos restantes níveis de escolaridade. Entre 2011 e 2024, o prémio salarial do ensino superior — calculado pela diferença entre a remuneração média líquida destes diplomados e a dos que concluíram apenas o secundário ou pós-secundário — desceu de 569 para 501 euros. Uma tendência semelhante foi observada a nível nacional, com o diferencial a reduzir-se de 561 para 512 euros.

Do ponto de vista económico, esta redução do prémio salarial não reflete um excesso de qualificações, uma vez que os diplomados com o ensino superior continuam a apresentar as taxas de desemprego mais baixas e próximas do pleno emprego, revelando um equilíbrio entre a oferta e procura de recursos humanos qualificados. O que se evidencia é uma estrutura produtiva regional moderadamente inovadora, onde os ganhos de produtividade não acompanharam o aumento acentuado do emprego mais qualificado — uma diferença que limitou o crescimento das remunerações neste segmento.

Em paralelo, como referido, a intervenção pública para valorização dos rendimentos mais baixos aproximou os salários entre níveis de escolaridade, comprimindo o diferencial. Embora essa evolução coloque desafios à valorização do talento e ao retorno do investimento em educação, contribuiu para um mercado de trabalho mais coeso e menos desigual. Este duplo efeito revela as tensões entre equidade e eficiência que marcam a atual dinâmica do mercado de trabalho no Norte e em Portugal.

Figura 51 - Os salários médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem do Norte, por nível de escolaridade, e prémio salarial do ensino superior⁶ (valores nominais em euros)

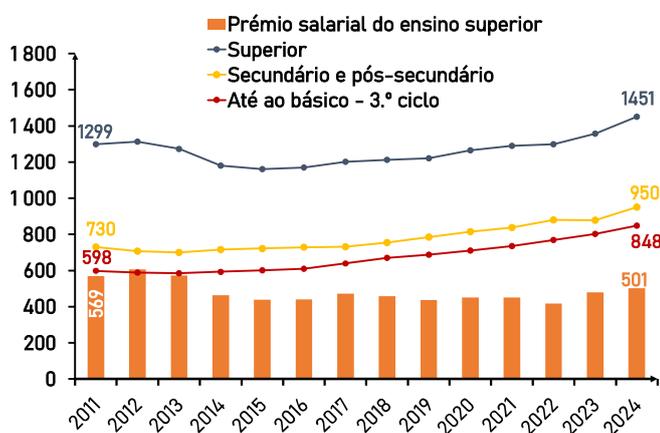
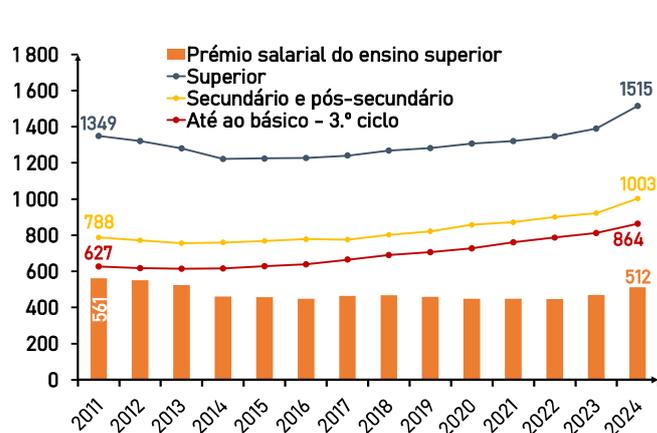


Figura 52 - Os salários médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem de Portugal, por nível de escolaridade, e prémio salarial do ensino superior (valores nominais em euros)



⁶ Diferença entre o salário com o ensino superior face ao salário com o secundário e pós-secundário.

Tendo em conta o efeito corrosivo da inflação sobre os salários nominais, a análise ganha maior profundidade ao observar a evolução do poder de compra segundo o nível de escolaridade. No Norte, entre 2011 e 2024, os salários médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem com ensino superior perderam 10,9% do poder de compra. Em sentido inverso, registaram-se aumentos nos rendimentos reais dos trabalhadores com ensino secundário e pós-secundário (+3,9%) e dos que têm até ao 3.º ciclo do básico (+13,2%). Esta tendência de desvalorização real dos salários à medida que aumenta a qualificação também se verificou a nível nacional (cf. Figura 53), bem como em todas as NUTS II nacionais (cf. Figura 54).

A ideia de que o progresso técnico — como a robotização, a digitalização e a automação — beneficiaria exclusivamente os trabalhadores mais qualificados, ampliando as desigualdades no poder de compra, não se confirmou nem no Norte nem no País. Pelo contrário, a comparação entre as NUTS II revela que, nas regiões com maior peso da indústria transformadora — como o Norte, Centro, Oeste e Vale do Tejo, e Alentejo —, onde o progresso técnico exerce um impacto mais direto na produtividade, os trabalhadores com menor nível de qualificação (até ao 3.º ciclo do ensino básico) registaram os maiores ganhos reais no contexto nacional. Neste quadro, os dados sugerem que as políticas de rendimento e de concertação social desempenharam um papel decisivo na valorização dos salários reais neste grupo, promovendo uma distribuição dos benefícios económicos que resultam das transformações tecnológicas e estruturais na economia.

Figura 53 – A evolução do poder de compra dos salários médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem (2011-2024)
(variação acumulada (%) em termos reais)

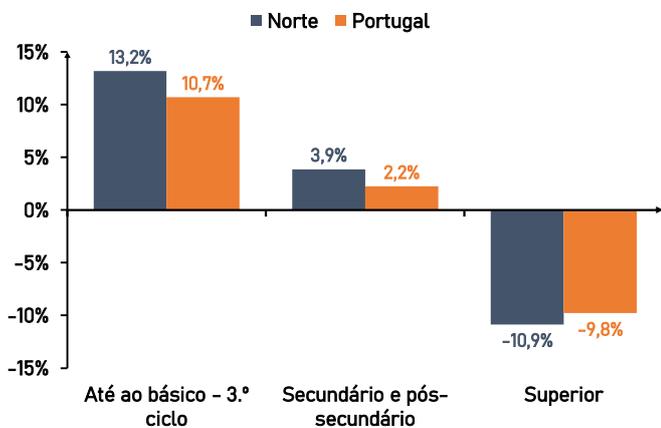
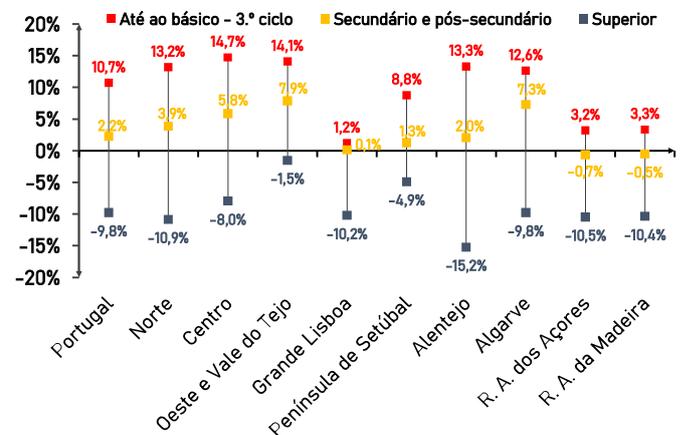


Figura 54 – A evolução do poder de compra dos salários médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem, NUTS II (2011-2024)
(variação acumulada (%) em termos reais)



4.3. As remunerações por ramos de atividade económica

Entre 2011 e 2024, a evolução dos salários por ramos de atividade económica revela três principais tendências no Norte: (i) a valorização dos rendimentos mais baixos, impulsionada sobretudo pela subida do salário mínimo em setores mais intensivos em trabalho pouco qualificado; (ii) forte crescimento dos salários reais em atividades mais expostas à inovação tecnológica e à modernização dos processos; e (iii) a moderação ou mesmo quebra salarial, em termos reais, em serviços com elevada intensidade de mão-de-obra qualificada, mas com menor margem de progressos em termos de produtividade, como a saúde, a educação e a Administração Pública.

Relativamente à primeira tendência, e como mostra a Figura 56, o crescimento percentual mais acentuado nos salários líquidos reais dos trabalhadores por conta de outrem no Norte verificou-se nos “outros serviços” – incluindo, por exemplo, atividades domésticas, cabeleireiros e esteticistas – com um aumento acumulado de 48,0% entre 2011 e 2024. Seguiram-se as atividades administrativas e dos serviços de apoio (+33,1%) e o

alojamento, restauração e similares (+27,0%). Apesar deste crescimento expressivo, estes ramos continuavam entre os cinco com salários líquidos mais baixos da Região em 2024 (cf. Figura 55), o que evidencia a importância das políticas de rendimento mínimo para sustentar a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores nestes setores.

Quanto à segunda tendência, ligada ao potencial transformador da inovação tecnológica e da reorganização produtiva, os aumentos mais significativos nos salários líquidos reais ocorreram nas indústrias transformadoras (+24,7%), nas atividades de informação e comunicação (+22,3%), nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (+18,0%) e no setor primário (+17,1%). Enquanto as indústrias transformadoras atingiram um salário líquido médio de 1 000 euros em 2024, abaixo da média do Norte, as atividades de informação e comunicação (1 598 €) e as de consultoria e serviços técnicos especializados (1 215 €) situaram-se já num patamar claramente superior, refletindo o prémio salarial associado à incorporação de conhecimento e tecnologia.

Por fim, no que respeita à terceira tendência, importa destacar a quebra dos salários reais em setores cruciais para o funcionamento do Estado social, nomeadamente na Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória (-8,2%) e na educação (-1,0%). Já na saúde humana e apoio social, observou-se um crescimento moderado de 3,3% nos salários líquidos reais. Estes setores, embora intensivos em recursos humanos qualificados, enfrentam restrições orçamentais e uma menor capacidade de ganhos de produtividade, o que ajuda a explicar a contenção salarial registada ao longo do período.

Figura 55 – Salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem, por ramos de atividade económica no Norte, em 2024
(valores nominais em euros)

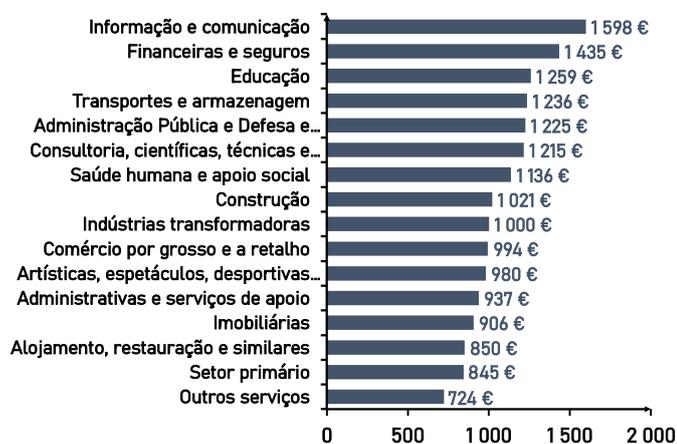


Figura 56 – A evolução do poder de compra dos salários médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem, por ramos de atividade económica - Norte
(variação acumulada (%) em termos reais, 2011-2024)



Entre 2011 e 2024, como mencionado, os trabalhadores com ensino superior perderam poder de compra, o que torna especialmente relevante identificar os ramos de atividade que oferecem os salários mais elevados a este grupo. Além disso, importa perceber em que ramos o ensino superior é mais valorizado, comparando os salários destes diplomados com os dos trabalhadores com ensino secundário e pós-secundário — o denominado prémio salarial. Em 2024, os ramos de atividade do Norte com salários líquidos mais elevados para trabalhadores por conta de outrem com ensino superior foram a construção (1 748 €), as atividades de informação e comunicação (1 729 €), as atividades financeiras e de seguros (1 544 €), a Administração Pública, Defesa e Segurança Social (1 510 €) e as indústrias transformadoras (1 509 €).

Este *ranking* favorece os principais ramos do setor secundário — construção e indústrias transformadoras — mais do que o *ranking* dos salários médios globais (todos os níveis de escolaridade), sugerindo que a modernização tecnológica nestes setores contribuiu para valorizar os trabalhadores mais qualificados. Nestes

dois ramos, os salários dos trabalhadores com o ensino superior superaram os tradicionalmente associados a profissões qualificadas nos serviços, como a educação (1 466 €), saúde e apoio social (1 438 €) e as atividades de consultoria, científicas e técnicas (1 333 €). Isto indica um reconfiguração na valorização do ensino superior no mercado de trabalho. Em particular, mostra que o valor económico do diploma do ensino superior não depende apenas do nível de escolaridade por si só, mas também do setor onde é aplicado.

Relativamente ao prémio salarial do ensino superior, os cinco valores mais elevados no Norte foram observados no ramo da construção (748 €), na educação (657 €), na saúde e apoio social (600 €), nas indústrias transformadoras (537 €) e nas atividades de informação e comunicação (496 €). Estes diferenciais mostram que há ramos em que o ensino superior continua a ser claramente valorizado. Nestes casos, o retorno económico do investimento em educação é superior, refletindo uma maior recompensa pela qualificação, mesmo em setores tradicionalmente menos associados a profissões altamente escolarizadas, como a construção e a indústria.

Embora alguns ramos de atividade valorizem mais expressivamente as qualificações superiores, persistem riscos de perda de talento por via de migrações inter-regionais, sobretudo quando existem diferenças salariais significativas dentro do próprio país. Os trabalhadores mais qualificados tendem a deslocar-se para regiões com níveis remuneratórios mais atrativos. Neste contexto, as disparidades salariais entre os trabalhadores com ensino superior no Norte e a média nacional, analisadas por ramo de atividade, permitem identificar os setores onde a Região poderá enfrentar maiores desafios na retenção de talento qualificado.

Como ilustrado na figura 58, a construção é o único ramo em que os trabalhadores por conta de outrem com ensino superior no Norte auferem, em média, salários líquidos superiores aos da média nacional, com uma diferença positiva de 139 euros em 2024. Nos restantes ramos, as desvantagens salariais mais acentuadas verificam-se nas atividades de transportes e armazenagem (-355 €), no setor primário (-348 €), nas atividades imobiliárias (-342 €), nas atividades financeiras e de seguros (-145 €) e na Administração Pública, Defesa e Segurança Social (-109 €). As diferenças negativas de menor magnitude ocorrem nos ramos que tendem a oferecer bens de mérito, como a saúde e apoio social (-11 €) e a educação (-26 €).

Nas indústrias transformadoras — o principal ramo empregador do Norte é responsável por cerca de metade do volume nacional — os trabalhadores com ensino superior auferem, em média, menos 102 euros do que os seus congéneres no País. Esta diferença sugere que o grau de sofisticação dos sub-ramos industriais da Região ainda permanece abaixo da média nacional. Embora esse diferencial represente, no curto prazo, uma debilidade em termos de atratividade salarial, a médio e longo prazo poderá indicar margem para convergência, à medida que se acelera a inovação e a transição tecnológica no setor.

Figura 57 – Salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem com ensino superior, por ramos de atividade económica no Norte, em 2024
(valores nominais em euros)

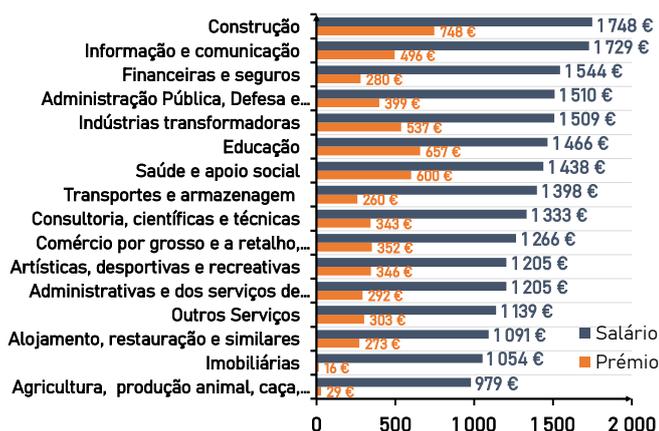


Figura 58 – Diferença salarial dos trabalhadores por conta de outrem com ensino superior do Norte face à média nacional, 2024
(valores nominais em euros)



4.4. As remunerações por género

Entre 2011 e 2024, os salários líquidos dos trabalhadores por conta de outrem aumentaram no Norte, tanto entre homens como entre mulheres. Porém, a desigualdade salarial entre géneros, em desfavor do sexo feminino, persistiu ao longo do período, refletindo uma tendência comum a todas as regiões NUTS II.

No Norte, o salário líquido dos homens subiu de 817 para 1 172 euros entre 2011 e 2024, enquanto o das mulheres passou de 683 para 995 euros. Em termos comparativos, a disparidade salarial aumentou de 134 para 177 euros durante o período.

A nível nacional, os salários líquidos de cada género continuam acima dos registados no Norte, confirmando um padrão de rendimentos mais baixos na Região. Ao mesmo tempo, a disparidade salarial entre homens e mulheres também é maior no conjunto do País, evoluindo de 158 para 206 euros entre 2011 e 2024, refletindo uma tendência de agravamento da desigualdade.

As disparidades salariais entre homens e mulheres variam significativamente entre as NUTS II, evidenciando diferenças nas estruturas económicas, nas condições de conciliação entre vida profissional e pessoal, nas características das empresas e na presença ou ausência de múltiplos níveis remuneratórios nas organizações. As maiores diferenças, em prejuízo das mulheres, são observadas nas regiões da Península de Setúbal e da Grande Lisboa, onde os homens ganham, em média, 317 e 296 euros a mais que as mulheres, respetivamente. As menores disparidades, ainda desfavoráveis às mulheres, verificam-se nos Açores (71 €) e na Madeira (97 €).

Importa destacar que, nas regiões onde as mulheres ganham salários mais elevados, como na Grande Lisboa, também se verificam as maiores desigualdades salariais entre géneros, evidenciando um conflito entre competitividade e coesão social. Enquanto a competitividade, especialmente na Grande Lisboa, tem impulsionado as oportunidades de emprego e elevado os salários das mulheres a níveis superiores aos das restantes NUTS II, essa dinâmica também intensifica as desigualdades, uma vez que o acesso a cargos de liderança e outras posições de maior responsabilidade continua a ser predominantemente ocupado por homens.

Figura 59 – Salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem do Norte, por género
(valores nominais em euros)

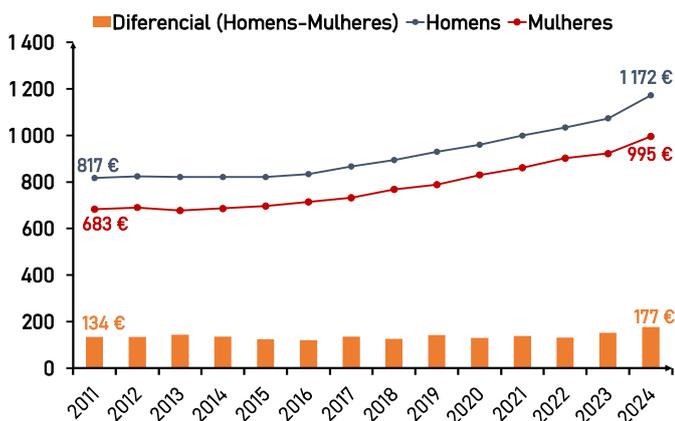
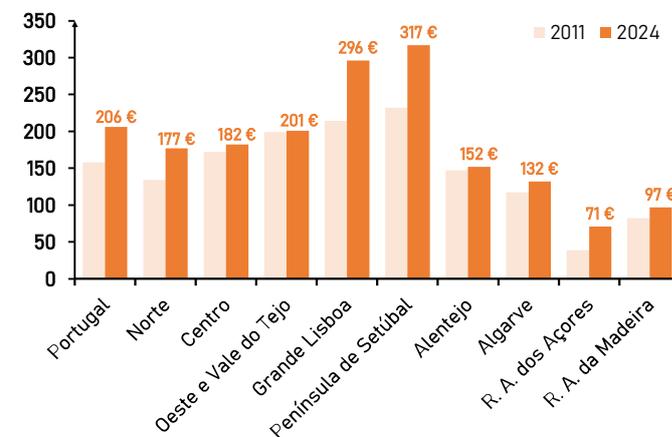


Figura 60 – Diferença no salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem dos homens face ao das mulheres, por NUTS II
(valores nominais em euros)



As desigualdades salariais entre homens e mulheres são visíveis em todos os níveis de escolaridade, tanto no Norte quanto nas restantes regiões NUTS II, mantendo-se ao longo do período analisado. Essas diferenças tendem a ser mais elevadas, em termos nominais, à medida que o nível de escolaridade aumenta, indicando que, embora o avanço académico seja essencial para o aumento do rendimento, ele não elimina — e pode até ampliar — as disparidades salariais entre os géneros.

Este padrão sugere que, mesmo entre trabalhadores com formação superior, as mulheres enfrentam dificuldades no acesso a funções melhor remuneradas, o que impacta diretamente os seus salários. Nos níveis de escolaridade mais baixos, como o básico e o secundário, a diferença salarial é menos acentuada, refletindo um mercado de trabalho mais homogêneo em termos de funções e remunerações.

Em 2024, no Norte, as mulheres com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico auferiam, em média, 729 euros líquidos, menos 219 euros do que os homens com o mesmo nível de escolaridade. A disparidade aumenta nos níveis seguintes, apesar do crescimento dos salários das mulheres. Aquelas com ensino secundário ou pós-secundário ganhavam 838 euros, e as com formação superior recebiam 1 330 euros líquidos, menos 300 euros do que os homens com formação equivalente.

Essa desigualdade salarial entre géneros no Norte reflete um padrão comum em todo o País, no qual para níveis de escolaridade superiores correspondem disparidade mais acentuadas. Por essa razão, importa destacar a seguir as diferenças salariais de género observadas apenas entre os trabalhadores por conta de outrem com ensino superior em cada NUTS II.

Como mencionado, a disparidade era de 300 euros no Norte em 2024, uma desigualdade inferior à do País (365 €). Entre as NUTS II, a amplitude oscila significativamente. As maiores diferenças são observadas na Península de Setúbal (479 €), Grande Lisboa (454 €) e Oeste e Vale do Tejo (460 €), enquanto as menores ocorrem nas Regiões Autónomas: Açores (201 €) e Madeira (155 €).

Ao longo do tempo analisado, entre 2011 e 2024, as disparidades salariais de género entre os trabalhadores por conta de outrem com ensino superior aumentaram no Norte, mas a um ritmo inferior ao observado em Portugal e na maioria das NUTS II. As únicas exceções à tendência de crescimento nominal das disparidades foram observadas no Centro e no Alentejo, com uma redução das assimetrias salariais entre homens e mulheres (cf. Figura 62).

Figura 61 – Salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem do Norte, por género e grau de escolaridade, em 2024

(valores nominais em euros)

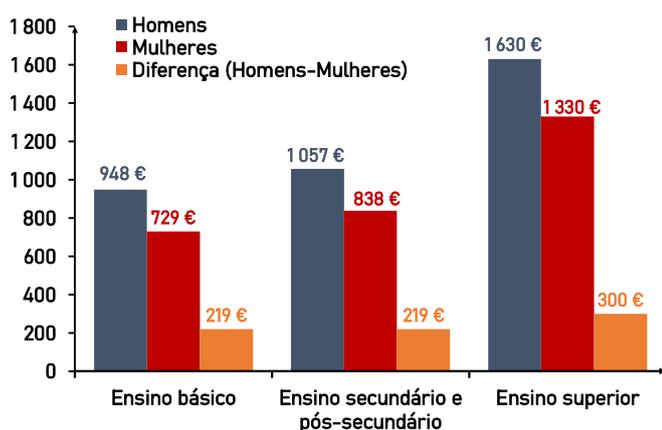
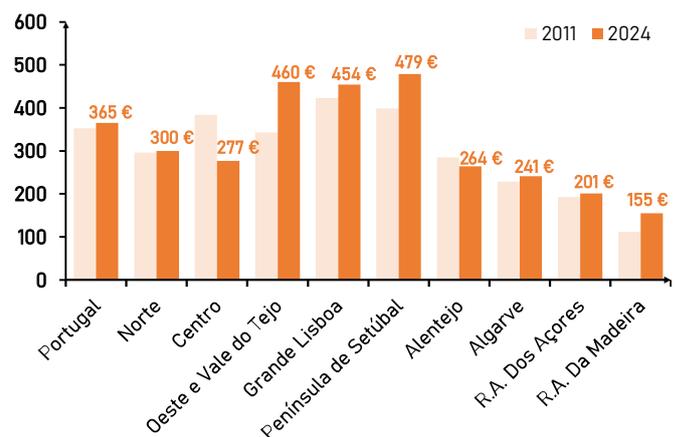


Figura 62 – Diferença no salário médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem dos homens face ao das mulheres, com ensino superior, por NUTS II

(valores nominais em euros)



Conclusões

Entre 2011 e 2024, o mercado de trabalho do Norte evidenciou uma recuperação sólida, sustentada pelo crescimento do emprego, pelo aumento acentuado da participação feminina e por uma maior estabilidade contratual. A transformação estrutural da Região ficou marcada por um acentuado reforço das qualificações, destacando-se o aumento do emprego entre trabalhadores com ensino superior e a progressiva terciarização da economia, sobretudo em setores mais intensivos em conhecimento, como saúde, educação, tecnologias de informação e comunicação, consultoria e atividades científicas e técnicas. Este movimento configura um novo paradigma de desenvolvimento socioeconómico na Região, ainda que as indústrias transformadoras se mantenham como o principal ramo empregador.

Esta evolução, contudo, convive com desafios estruturais, nomeadamente o declínio do emprego entre os mais jovens e o envelhecimento da força de trabalho. Entre 2011 e 2024, o crescimento líquido do emprego no Norte ocorreu apenas no grupo etário dos 45 ou mais anos, enquanto o número de pessoas empregadas entre os 16 e os 44 anos recuou, acompanhando uma tendência também visível a nível nacional. Esta dualidade resulta de fatores demográficos — como o prolongado declínio da natalidade. No entanto, não se observou uma fuga generalizada de talento que comprometesse a criação de emprego qualificado entre os mais jovens. Pelo contrário, entre os 16 e os 44 anos, verificou-se um aumento acentuado do emprego nos trabalhadores com o ensino superior, contrastando com a redução nos níveis de escolaridade mais baixos.

Outro desafio central prende-se com o ritmo de crescimento das remunerações. Entre 2011 e 2024, os salários líquidos dos trabalhadores por conta de outrem no Norte cresceram em média, em termos reais, 1,1% ao ano, em linha com o ritmo nacional. No entanto, esta evolução paralela não implicou convergência, mantendo o Norte entre as regiões NUTS II com salários mais baixos do País. Além disso, a compressão salarial entre níveis de escolaridade, com ganhos reais nos grupos com menor escolaridade e perdas reais entre os trabalhadores com ensino superior, acompanhou a tendência nacional. Embora este padrão tenha contribuído para uma maior coesão no mercado de trabalho e para a partilha dos ganhos associados à transformação tecnológica, poderá comprometer a capacidade da Região em atrair e reter quadros qualificados — um fator crítico num contexto de pleno emprego e de transição para uma economia cada vez mais assente no conhecimento.

A par da criação de emprego, o desemprego diminuiu substancialmente no Norte, passando de 14,0% para 6,5% entre 2011 e 2024, aproximando-se de uma situação de pleno emprego. Ainda assim, as taxas de desemprego permanecem mais elevadas entre os grupos mais vulneráveis, em particular os jovens dos 16 aos 24 anos e os trabalhadores com menores qualificações. A persistência destas disparidades, mesmo em contexto de escassez de mão-de-obra e de crescimento económico, indica a presença de desemprego estrutural, associado ao desajuste entre as competências disponíveis e as exigências da economia atual.

Apesar dos progressos registados em vários domínios do mercado do trabalho, para os quais terão contribuído, decisivamente, a aplicação dos diferentes Programas de financiamento da União Europeia com incidência geográfica na Região, em 2024, o Norte continuava abaixo da média nacional em diversos indicadores estruturais, como a taxa de emprego, a taxa de atividade, a proporção de trabalhadores com ensino superior, bem como nas remunerações médias de todos os níveis de escolaridade. Estes dados reforçam a necessidade de intensificar políticas públicas orientadas para a convergência, com especial foco na valorização dos salários, na qualificação da força de trabalho e na integração dos grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho.

Neste quadro, as Políticas de Coesão assumem um papel estratégico na superação destes desafios, não apenas enquanto instrumentos de resposta conjuntural, mas sobretudo como vetores de transformação estrutural. A mobilização eficaz dos fundos europeus deverá continuar a apoiar a diversificação económica, a modernização produtiva e o reforço das competências da população ativa, garantindo que o desenvolvimento da Região seja inclusivo, equilibrado e alinhado com os objetivos da transição digital, climática e demográfica. O sucesso desta trajetória dependerá, em grande medida, da capacidade de orientar os recursos disponíveis para as fragilidades identificadas e de consolidar o novo paradigma de economia do conhecimento no Norte.

NORTE ESTRUTURA

DIVISÃO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DA REGIÃO

Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional

Coordenação técnica: Vasco Leite

Equipa técnica: Ana Correia e Josefina Gomes

Contactos: Gabinete de Marketing e Comunicação: gabinete.comunicacao@ccdr-n.pt